Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 26

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Imunidade tributária, em nome do Pai - EM MINAS 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
O Simples não é renúncia (Artigo) 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Justiça Federal autoriza contribuinte a pagar dívidas em multa e juros 7

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Governo é derrotado em propostas para encaixar emendas no corte de despesas 9

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Proposta para mudar o estatuto dos MEIs 11

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
PEC pode impactar os municípios em R$ 300 bilhões 13

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL
Onde é feriado da Consciência Negra? Veja isso e o que abre no feriado! 14

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL
Mudança no Atestmed e greve de peritos médicos devem aumentar ainda mais fila do INSS (Previdência) 15

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Mudança no Atestmed e greve de peritos médicos devem aumentar ainda mais fila do INSS 17

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO
Maioria aprova demissão de servidor que não rende 19

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária e os riscos ao saneamento básico (Artigo) 21

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Operadoras de saneamento preveem R$ 100 bilhões em novos projetos 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Operadoras de saneamento preveem R$ 100 bilhões em novos projetos 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
G20 aprova combate à fome e sugere taxar fortuna 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
O necessário imposto dos super-ricos (Artigo) 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
"Solitários" no bolsa família 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Governo muda projeções e já vê inflação perto do teto da meta 33

O GLOBO - RJ - MUNDO
ECONOMIA
Brasil lança Aliança Global contra a Fome e a Pobreza 34

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
ECONOMIA
G20: Aliança contra a fome tem adesão de 82 países 36

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - NACIONAL
ECONOMIA
Taxação dos super-ricos é aprovada em declaração de líderes do G20 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Fazenda melhora projeção do PIB e piora a da inflação 38

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA
Fazenda eleva projeção de crescimento do PIB em 2024 para 3,3% 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Impacto da jornada menor tem de ser estudado, diz secretário 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Ajuste passa por regra do mínimo, dizem especialistas 43

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Brasil tem maior juro da dívida pública 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Para Campos, realidade fiscal não é "desastre iminente" 47

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA
ECONOMIA
Mínimo pode ir a R$ 1.521, mas Planalto avalia mudança 48

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA
Salário mínimo pode chegar a R$ 1.521 49

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA
ECONOMIA
Senado aprova projeto e desafia o governo e o STF 50

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA
Mercado projeta inflação a 4,64% em 2024 52

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
ECONOMIA
Senado aprova projeto que regulamenta emendas 53

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA
Governo concede incentivos fiscais para oito empresas 54

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA
Brasil recua em competitividade digital e ainda perde talentos (Editorial) 55

Imunidade tributária, em nome do Pai - EM MINAS

BERTHAMAAKAROUN

Benefícios fiscais no Brasil somam aproximadamente R$ 523,7 bilhões em 2024, maior nível em nove anos, o equivalente a 4,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Aí não se incluem os estados. Conhecidos como gastos tributários, são incentivos que o governo concede para impulsionar determinados setores da economia. Como não existe almoço grátis, se o benefício é concedido em uma ponta, na outra, o governo abre mão voluntariamente de parte da arrecadação de **impostos** e absorve o déficit.

A pedido do ministro Fernando Haddad, esse cálculo da Secretaria da **Receita Federal** foi enviado pelo governo ao Congresso, anexo à proposta do Orçamento de 2025. Em sua meta de buscar o equilíbrio fiscal em 2024 - zerar o déficit em 2024 - Haddad vem propondo uma série de medidas a setores da economia para reverter incentivos. E não tem sido fácil.

Apesar do delicado momento a exigir o ajuste, a Câmara dos Deputados segue alheia. Arthur Lira (PP-AL) pautou, e os deputados vão retomar a discussão sobre a PEC 5/2023, que amplia a imunidade tributária para templos de qualquer culto. Atualmente, igrejas já são isentas de **impostos** sobre patrimônio, renda e serviços vinculados a atividades essenciais, como é o caso da cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

De autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, em setembro de 2023 a Comissão de Constituição e Justiça deu aval à proposta. A comissão especial para a análise da matéria foi instituída em novembro de 2023. A PEC sugere uma alteração no artigo 156 da Constituição, que dispõe sobre a cobrança de **impostos**.

Além de proibir a cobrança de **tributos** sobre bens ou serviços necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços de todas as religiões, a PEC estabelece expressa proibição de serem tributadas as organizações assistenciais e beneficentes ligadas a confissões religiosas, como creches, asilos e comunidades terapêuticas, entre outras.

Há, no Brasil, 579.798 templos e igrejas, segundo dados do censo de 2022 divulgados pelo IBGE em fevereiro deste ano. Tamanha imunidade tributária não deveria ter sequer sido pautada, por uma razão simples: politicamente, o governo Lula não vai comprar a briga, vai apoiar a proposta acreditando, assim, sinalizar para uma aproximação com igrejas. Aposta mal.

Além disso, mesmo não concordando, parlamentares têm dificuldade de assumir o desgaste político de votar contrariamente à matéria, pois sentem-se sob ameaça de serem demonizados em cultos, dia sim e outro também. Muito templos e estabelecimentos religiosos, como se sabe, são locais de espiritualidade, mas, e sobretudo, locais onde o rebanho é doutrinado politicamente.

Para além da questão política, é sabido que muitos templos operam como empresas, com as suas maquininhas de crédito e débito para arrancar o dízimo dos fieis - recursos que saem dos mais pobres em direção ao bolso de umas poucas instituições enriquecidas ou em processo de enriquecimento. Não há fiscalização que separe o joio do trigo, e o comércio da fé aquele que mais cresce no Brasil nos últimos 20 anos - vai operar favorecendo a novas fraudes daqueles que vão usar o nome de Deus para alcançar isenção tributária.

Lista tríplice

Em uma disputa acirrada pela primeira posição, foi formada, no Ministério Público, a lista tríplice para eleição do novo procurador-geral de Justiça no biênio 2025-2026, para a sucessão de Jarbas Soares Júnior. O procurador Carlos André Mariani Bittencourt obteve 660 votos, seguido pelo promotor Paulo de Tarso Morais Filho, com 659 votos. Marcos Tofani Baer Bahia obteve322 votos. O procurador Geraldo Flávio Vasques obteve 136 votos. A lista seguirá nesta terça-feira para o governador

Romeu Zema (Novo), para a indicação.

Com Marília

O deputado federal Rogério Correia (PT) fez visita de cortesia à prefeita reeleita de Contagem, Marília Campos (PT), nessa segunda-feira. Acertou com ela o

encaminhamento de R$ 3 milhões em emendas parlamentares para investimentos na saúde. Na ponta do lápis, Rogério Correia estimou ter enviado, entre 2021 e 2024, R$ 13,7 milhões a Contagem para investimentos na saúde, educação e assistência social.

Casório

O deputado estadual Doorgal Andrada (PRD) se casará, neste sábado, em Trancoso (BA). Com o feriado do "Dia Nacional da Consciência Negra" nesta quarta-feira - que tem concentrado as votações importantes-nãoé esperado quórum quinta-feira na Assembleia.

Sem quórum

Feriado e o casamento,juntos, deixam o governo Zema em dificuldades para aprovar nesta semana o Projeto de Lei 2.238/24, que aumenta a contribuição ao Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais (Ipsemg). Sob obstrução da oposição, o projeto eleva os valores mínimo e máximo descontados no contracheque dos servidores que desejam ter acesso à assistência médica, hospitalar, farmacêutica e odontológica.

Supersalários

Ao anunciar pelo X a intenção de protocolar, nessa segunda-feira, projeto de lei que põe fim aos supersalários de magistrados, promotores, procuradores, militares além de servidores do Legislativo e Executivo, o deputado federal Guilherme Boulos (Psol-SP) desafiou: "Quero ver se teremos o apoio dos deputados que se negaram a assinara PEC da Escala 6X1 por uma suposta "preocupação com a economia"'.

Combinou com o PL?

Depois de responder pela rede social a Boulos, afirmando que apoiará o projeto pelo fim dos supersalários, o deputado federal Nikolas Ferreira (PL) lançou outro desafio: acabar com o Fundo Eleitoral. Acusou Boulos de gastar R$ 80 milhões em sua campanha. Mas não mencionou os R$ 886 milhões que o PL recebeu do Fundo Eleitoral, dos quais R$ 21 milhões foram destinados ao deputado estadual Bruno Engler (PL), a quem Nikolas Ferreira apoiou na sucessão à PBH.

Site: https://digital.em.com.br/estadodeminas

O Simples não é renúncia (Artigo)

Alfredo Cotait Neto Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

Em meio aos debates recentes sobre a regulamentação da **reforma tributária**, voltamos a ouvir certas incorreções sobre o Simples Nacional. A principal delas é que o Simples seria uma renúncia fiscal, o que está absolutamente equivocado.

Ele é um regime de tributação diferenciado, extremamente simples em relação à burocracia, mas não uma renúncia.

As empresas optantes pelo Simples pagam **impostos** sobre a receita bruta.

E são muitas empresas. O Simples Nacional reúne 92% dos empreendimentos, sendo 20 milhões de micro e pequenas empresas e cerca de 70% dos empregos do País, com um grande potencial de ter números ainda maiores, porque quanto mais empresas entrarem na formalidade, melhor para o ciclo econômico do País. São mais **tributos**, mais empregos e uma economia mais ativa. Esse deve ser o estímulo dos pensadores e especialistas que debatem o setor.

Entretanto, vemos pouco incentivo nessa direção. Dados da **Receita Federal** mostram que 41,5% dos microempreendedores individuais (MEIs) estavam inadimplentes em abril deste ano. Em volume, o segundo maior número da história. Fica atrás apenas do mês de abril de 2021, auge da segunda onda da pandemia de covid-19. O que nos leva a refletir: por qual motivo o número é tão alto? O que falta - em termos de esclarecimentos e políticas públicas - para evitar que isso ocorra?

Debates que certamente passam pelo fortalecimento do Simples Nacional, porta da inclusão na formalidade da economia brasileira. Se já temos essa inadimplência, certamente será pior se o sistema mudar.

Um dos pontos que precisam ser fortalecidos é a atuação da **Receita Federal**, visando à prestação de mais informações, esclarecimentos e capacitação aos empreendedores.

Grande parte dos micro e pequenos está inadimplente por simples falta de informação.

Outro tema que exige extrema atenção, e tem sido acompanhado com lupa pelos técnicos da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), é a tramitação do PLP 68/2024, que regulamenta a **reforma tributária**. Os efeitos negativos para o Simples Nacional podem ser muitos.

Se o texto for aprovado como está, os dois caminhos serão prejudiciais aos empreendedores: ficar no Simples e perder competitividade ou adotar o regime fiscal híbrido, o que pode comprometer a viabilidade dos pequenos negócios.

Ambas as opções trarão prejuízos e desestímulo à formalidade.

Mais uma vez, será mais fácil funcionar de maneira informal e, assim, deixar de lado a contribuição ao crescimento do País. Não é isso que defendemos. A CACB é a favor da formalidade coerente com o crescimento econômico.

Precisamos de incentivos, não de empecilhos.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

Justiça Federal autoriza contribuinte a pagar dívidas em multa e juros

Marcela Villar De São Paulo

Uma produtora de petróleo e gás conseguiu, na Justiça Federal, sentença para afastar multa e juros sobre dívida a ser paga após derrota no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (**Carf**) por voto de qualidade - o desempate do presidente da turma julgadora, que é representante da Fazenda.

Apesar de a isenção das penalidades estar prevista na nova Lei do **Carf** (nº 14.689/2023), a União negou o pedido do contribuinte.

Entendeu que o caso estaria entre as exceções, previstas em regulamentação da norma, e não poderia ser beneficiado.

A decisão, segundo tributaristas que defendem contribuintes, é uma das primeiras sobre o assunto.

A produtora entrou com o pedido na Justiça no dia 25 de setembro e obteve no mesmo dia, cerca de três horas depois, liminar, agora confirmada por sentença do juiz Wilney Magno de Azevedo Silva, da 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

O contribuinte recorreu ao Judiciário para afastar uma cobrança de R$ 84 milhões, prestes a ser inscrita na Dívida Ativa da União. O auto de infração que originou a discussão foi lavrado em dezembro de 2018 e é decorrente de valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) não pagos em três remessas enviadas ao exterior em março de 2013.

Ele pediu para que fosse aplicado ao caso a Lei do **Carf** e afastados um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) - SEI nº 943/2024 - e a Instrução Normativa nº 2.205/2024, da **Receita Federal**. No tribunal administrativo, a produtora de petróleo e gás foi derrotada por voto de qualidade após discutir a chamada "decadência", que é o prazo de cinco anos que a **Receita Federal** tem para cobrar **tributos** de forma retroativa.

Na visão do contribuinte, por conta de a discussão da decadência ter sido definida por desempate, multa e juros deveriam ser afastados.

"Se fosse acolhida [a decadência], cancelaria a totalidade do auto de infração", defende a companhia, que pediu ainda o uso de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL para o pagamento da dívida no prazo de até 90 dias - previsto na lei.

A empresa pleiteou o benefício, em julho, quando estava vigente a IN nº 2.167/23, "que não impõe qualquer impedimento ao exercício legítimo do direito da imperante". Mas o pedido foi rejeitado pela Receita, que embasou a negativa no parecer da PGFN, que veda a aplicação da lei a processos resolvidos definitivamente, de maneira favorável à Fazenda, por voto de qualidade, em matéria de decadência.

O contribuinte defende, nos autos, que "não está obrigado a seguir o entendimento da representação judicial da União, porque não se trata de norma legal e tampouco possui efeito vinculante, em vista do princípio da legalidade", previsto no artigo 5º da Constituição Federal. Cita que uma a IN nº 2.205/2024, que revogou a anterior, também elencou ilegalmente a decadência como um dos temas em que a Lei do **Carf** não poderia ser aplicada.

O juiz acatou essa argumentação e afirma, na decisão, que a norma da **Receita Federal** (IN nº 2.205/2024) "extrapolou ao querer inovar a ordem jurídica criando restrições não previstas em lei". Silva fundamentou a sentença com uma decisão do desembargador Marcus Abraham, que negou um agravo da União no caso, interposto contra a liminar concedida em favor da empresa (processo nº 5075609-89.2024.4.02.5101).

O magistrado considerou que, como o voto de qualidade foi usado para decidir acerca da alegação de decadência no **Carf**, poderia ser aplicada a lei nessa situação.

"Nesse diapasão, ao contrário do que defende a Fazenda Nacional, não parece, em preliminar análise, que o parágrafo 9º-A do artigo 25 do Decreto nº 70.235/1972, só seria aplicável às hipóteses em que o lançamento fiscal tenha sido, no mérito, mantido pelo voto de qualidade", diz.

Para o advogado Alessandro Mendes Cardoso, sócio do Rolim Goulart Cardoso Advogados, a decisão está correta. "O parecer claramente tem o objetivo de limitar o alcance da alteração da legislação", afirma. "E um parecer não pode restringir aquilo que é o conteúdo da lei. É uma clara violação ao princípio da

legalidade." Na visão do tributarista, a decadência é uma questão de mérito e não preliminar, como entende a Fazenda. "No artigo 156 do Código Tributário Nacional está expresso que a decadência é uma das formas de extinção do crédito tributário. O documento da PGFN faz uma ginástica interpretativa, para que não seja aplicada a previsão legal à decadência." Segundo a tributarista Maysa Pittondo Deligne, sócia do CPMG Advocacia e ex-conselheira do **Carf**, o tema decadencial é uma preliminar de mérito. Mas independentemente de ser mérito ou processual, a lei deveria ser aplicada, porque ela não faz distinção.

"Mesmo sendo preliminar, pode [o tema] ser considerado para a não aplicação de multa e juros", diz.

Pela lei, acrescenta, qualquer julgamento por voto de qualidade, seja em câmara baixa ou superior, ensejaria a aplicação da norma e os benefícios aos contribuintes.

"O dispositivo fala de julgamento resolvido por voto de qualidade e não julgamento final. É possível sustentar que mesmo não sendo um resultado final, seria aplicável." Já o parecer da PGFN e a IN dizem que o último julgamento no **Carf** que deve ser levado em consideração.

Se um contribuinte perder por voto de qualidade na câmara baixa, por exemplo, e recorrer para a superior, perdendo por unanimidade ou por maioria, não haveria mais direito à aplicação da lei, para a exclusão da multa e juros.

"É melhor utilizar o benefício e não arriscar de ir para a Câmara Superior", afirma a tributarista.

Procurada pelo Valor, a PGFN informou que vai recorrer da decisão.

"A Lei do **Carf** deveria ser aplicada, porque ela não faz distinção" Maysa P. Deligne

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/188045

Governo é derrotado em propostas para encaixar emendas no corte de despesas

DANIEL WETERMAN COLABOROU GABRIEL HIRABAHASI / LEVY TELES

O governo Lula foi derrotado na votação de duas propostas que ajudariam a cumprir o arcabouço fiscal e encaixariam as emendas parlamentares no pacote de corte de gastos. O revés ocorreu na semana em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende finalmente anunciar as medidas de ajuste fiscal. O Executivo contava com a aprovação das propostas como complementação ao pacote. Os dispositivos entraram no texto do projeto de lei apresentado para destravar o pagamento das emendas, suspensas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

As duas medidas foram rejeitadas na conclusão da votação pelos senadores do projeto, que muda as regras das emendas parlamentares. O texto principal foi aprovado na semana passada, mas ontem foram analisados os destaques (sugestões de mudanças). Ele agora retorna à Câmara.

Uma das propostas daria poder para o governo cortar emendas para cobrir o crescimento de gastos obrigatórios e ajudar a cumprir o arcabouço fiscal neste e nos próximos anos. A equipe econômica deve anunciar na sexta-feira o relatório bimestral com o valor de congelamento no Orçamento necessário para fechar as contas deste ano. Outra proposta derrubada carimbava metade das emendas de comissão, herdeiras do orçamento secreto, para a saúde, o que aliviaria o cumprimento do piso constitucional da área em aproximadamente R$ 6 bilhões.

Em meio às derrotas, o Palácio do Planalto conseguiu emplacar uma proposta no projeto para limitar o crescimento de emendas impositivas (individuais e de bancada) a 2,5% de ganho real (acima da **inflação**) por ano, o mesmo limite do arcabouço fiscal, e as emendas de comissão (não impositivas) a R$ 11,5 bilhões, com crescimento apenas pela **inflação**.

A medida pode reduzir o espaço para gastos em outras áreas. Na avaliação do governo, porém, ela impõe uma previsibilidade necessária e positiva.

Procurado, o Ministério do Planejamento não comentou.

LIBERDADE. A medida de corte em emendas já havia sido rejeitada pela Câmara e agora foi derrubada pelo Senado. O dispositivo derrubado faz parte de uma estratégia maior do governo, revelada pelo Estadão, que quer liberdade para mexer no Orçamento sem autorização do Congresso.

Atualmente, o governo tem dois instrumentos para segurar as despesas e cumprir as regras fiscais no ano: contingenciamento e bloqueio. As medidas têm o mesmo efeito: segurar a liberação de gastos de custeio da máquina pública e investimentos no Orçamento.

O contingenciamento é necessário quando há frustração de receitas. Já o bloqueio é feito quando o teto de gastos do arcabouço fiscal está sob risco, ou seja, quando há crescimento de despesas. As emendas parlamentares impositivas (individuais e de bancada) só podem ser contingenciadas, e não bloqueadas, e era isso que o governo queria mudar.

Do ponto de vista prático, a mudança faria toda diferença.

O contingenciamento é revertido quando a arrecadação do governo cresce. O bloqueio, por sua vez, é mais efetivo do ponto de vista fiscal; como é feito para cumprir gastos obrigatórios, como aposentadorias e benefícios da **Previdência Social**, dificilmente é desfeito.

No caso das emendas, o corte levaria os parlamentares a "perderem" os recursos. Hoje, há R$ 12 bilhões bloqueados nas contas do governo federal e um novo valor deve ser anunciado na sexta-feira.

"SEM DIÁLOGO". O corte de emendas foi rejeitado quando o projeto passou pela Câmara, mas voltou no Senado a pedido do governo. Os parlamentares se deram conta apenas quando o relatório foi apresentado.

Nem o relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA), defendeu a medida. "O mérito (conteúdo) pode estar correto, mas a forma, sem diálogo, goela abaixo, gera polêmica", disse ao Estadão. O relator afirmou que o Congresso não abre mão de suas prerrogativas.

A oposição retirou o dispositivo do texto por meio de um destaque (proposta que vai a votação para votar

um trecho específico do projeto de lei).

"Nós estamos colocando em risco a independência do Parlamento", declarou o líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN), na semana passada.

"É uma maneira de nos enganarem.

É uma maneira, quem sabe, de reduzir o déficit fiscal do governo", disse o senador Esperidião Amin (PP-SC), relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que aumentou o volume de emendas impositivas (obrigatórias) em 2019.

"CONTENÇÃO". Antes da votação, duas alternativas ao corte de emendas estavam na mesa, mas também foram rechaçadas.

A primeira delas era trocar as palavras "bloqueio" e "contingenciamento" por "contenção".

O efeito é o mesmo, mas ficaria aberto à interpretação e à regulamentação do corte pelo Poder Executivo. Nesse caso, o valor bloqueado seria no tamanho necessário para cumprir o arcabouço fiscal.

Outra opção apresentada pelo governo Lula foi limitar o bloqueio de emendas a 15%, o que daria poder para congelar até R$ 7,4 bilhões, considerando os valores do Orçamento de 2024. Foi um meio-termo oferecido pelos articuladores do Planalto, com a condição de que o corte se daria na mesma proporção das despesas que não são emendas.

O governo aceitou entregar para o Congresso mais de R$ 50 bilhões em emendas por ano, incluindo R$ 11,5 bilhões em emendas de comissão, em 2025. Para isso, no entanto, propôs o corte como uma medida de compensação para as contas públicas, pois os valores entregues para indicações de deputados e senadores diminuem o espaço disponível para investimentos de interesse do Executivo, manutenção de órgãos da administração federal e custeio de serviços essenciais.

O Planejamento não se manifestou sobre a medida em pauta no Senado. No fim de outubro, em resposta ao Estadão, o ministério defendeu a tentativa de dar maior liberdade para o governo mexer no Orçamento citando a necessidade de cumprir gastos obrigatórios e respeitar o arcabouço.

**

Presidente da CCJ relata ameaças de morte e pede escolta para Lira / LEVY TELES

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Caroline de Toni (PL-SC), pediu escolta da Polícia Legislativa para o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Caroline relatou que vem recebendo ameaças de morte nas redes sociais em razão da proposta que proíbe o aborto no País, defendida por ela, e por não aderir ao projeto que quer acabar com a escala de trabalho 6x1.

Procurada pelo Estadão, a Câmara disse que "informações sobre segurança dos deputados são consideradas sigilosas".

Desde que assumiu a função na CCJ, a deputada promove uma agenda conservadora no colegiado, com a aprovação de medidas contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Movimento dos Sem Terra (MST). A principal meta era a anistia aos acusados do 8 de Janeiro, mas o plano acabou frustrado após Lira instalar uma comissão especial para tratar do tema.

**

Revés

Derrota ocorre na semana em que Lula pretende anunciar as medidas de ajuste fiscal

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Proposta para mudar o estatuto dos MEIs

Rodrigo Péret

A possibilidade de editais licitatórios públicos reconhecerem o Certificado da Condição do Microempreendedor Individual (CCMEI) como substituto de alvarás e licenças foi um dos pontos apresentadas ontem para a reforma do Estatuto Estadual da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual (MEI).

O anteprojeto da reforma foi apresentado ontem pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo Capixaba em audiência pública, no plenário da Assembléia Legislativa. A legislação atual - Lei Complementar (LC) 618 - é de 2012 e esta em revisão.

O presidente da frente, o deputado Alexandre Xambinho (Podemos), revelou que "em breve" entregará o documento nas mãos do governador Renato Casagrande (PSB). A expectativa é que o Executivo acolha as sugestões.

A proposta de novo estatuto deverá ser encaminhada pelo governo à Assembléia para ser votada.

A proposta de permitir que editais licitatórios reconheçam o CCMEI como substituto de alvarás e licenças é acompanhada de outra que permitiria que pequenos negócios atendam estados e municípios por meio de regras de licitação exclusivas.

Quase todos os 15 capítulos da LC estadual são impactados pelo anteprojeto. Xambinho destacou a sugestão para que a função de fiscalização orientadora se aplique para atividades econômicas de baixo e médio risco; e que os critérios de produtividade dos fiscais não sejam pautados pela punição.

Muitas medidas sugeridas têm o objetivo de reduzir a burocracia. No Capítulo IV, por exemplo, que trata dos registros e da legalização, foi proposta a dispensa de alvará dos Bombeiros para os MEIs e a resposta automática para consulta de viabilidade de nome empresarial e locacional.

O presidente da Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes), Alberto Gavini, ressaltou a necessidade de revisar o estatuto e projetou que gostaria de ver o projeto aprovado ainda neste ano, após as considerações que ainda serão feitas pelo Palácio Anchieta no texto.

Veto até a relógio em sala de aula

Após a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovar projeto que proíbe o uso de celulares nas escolas públicas e privadas daquele estado, os deputados Mazinho dos Anjos (PSDB), Zé Preto (PP) e Callegari (PL) protocolaram projetos no mesmo sentido em escolas públicas e privadas do Espírito Santo.

A proibição, porém, não se limita a celulares na proposta apresentada na Assembléia Legislativa. Também estão incluídos o uso de tablets e até de smartwatches (relógios inteligentes).

PLENÁRIO da Assembléia: mudança na fiscalização de pequenos negócios

Governo tem 6 projetos aprovados

Seis propostas do governo foram aprovadas durante a sessão ordinária de ontem da Assembléia. Entre elas, está um projeto que autoriza a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 12% para 7% nas saídas interestaduais do café conilon.

A proposta internaliza na legislação o Convênio ICMS 111/2024 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e altera o anexo da Lei 7.000/2001 (ICMS), autorizando a mudança na base de cálculo do imposto nas saídas de café conilon cru, em coco ou em grão para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (com exceção de Mato Grosso) do País.

Outro projeto aprovado permite aos profissionais que ingressarem na carreira de Agente de Pesquisa e Inovação em Desenvolvímento Rural, do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) o reconhecimento de títulos de pós-graduação, mestrado e doutorado no momento da nomeação possibilitando ascensão imediata na tabela de subsídios.

Os deputados também aprovaram projeto que autoriza a prorrogação dos contratos de 117 psicólogos e 111 assistentes sociais vinculados à Secretaria de Educação (Sedu); um que autoriza o Executivo a doar imóvel a Nova Venécia; um que permite a auditores da Receita a realização de diligências em autos de infração em que tenham atuado anteriormente; e um que reclassifica como patrimônio social todos os valores adiantados à **Previdência Complementar** do Estado do Espírito Santo (Preves) em 2014.

OS NÚMEROS

de 12% para 7%

cai alíquota do ICMS do conilon

117 psicólogos

tiveram contrato prorrogado

PEC pode impactar os municípios em R$ 300 bilhões

No primeiro dia do seminário "Novos gestores", ontem, em Brasília, promovido pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), os prefeitos de Pernambuco foram alertados pelo presidente da instituição, Paulo Zilkoski, sobre o andamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2024, conhecida como a PEC da Sustenta-bilidade.

A matéria, já aprovada no Senado, passou por mudanças e está na pauta da Câmara dos Deputados. "Essa proposta, construída por nós, surgiu por conta das dívidas que vocês [municípios] têm com o regime geral e do fundo próprio de **previdência social**, além dos precatórios", esclareceu Ziulkoski.

Dentre os alertas do líder muni-cipalista, em relação à tramitação da PEC, está o impacto de R$ 300 bilhões nos cofres públicos municipais. Inicialmente, a redação traria soluções a cinco aspectos complicados da gestão local, mas foi retirado da proposta o item da desoneração da folha, conforme relatou Ziulkoski. "Ficou lá ainda, no texto da PEC, a dívida do Regime Geral, o Sistema Próprio, os precatórios e os Fundos de Previdência", pontuou o presidente da CNM.

Em seguida, o consultor da Confederação, Leonardo Rolim, detalhou, ponto a ponto, mostrando o impacto e as mudanças promovidas na PEC. "É o assunto de maior impacto fiscal aos municípios nos próximos anos, pois, hoje, V3 dos Municípios não estão conseguindo fechar suas contas e mesmo os outros % estão ali no limite", afirmou Rolim. "Grande parte do problema vem dos quatro pontos que a PEC está afetando, e o primeiro é a reforma do regime próprio, que reduz

45% do déficit", sinalizou, apontando que V3 das prefeituras não conseguiram fazer sua reforma nos parâmetros aprovados em 2019 pela União.

Rolim explicou que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJC) modificou o texto original para incluir os estados e aplicar a mesma regra da União aos demais entes. Nesse ponto, a atuação municipalista será para manter a redação original, durante a tramitação da PEC na Comissão Especial da Câmara, além de garantir o parcelamento das dívidas, avaliada em R$ 130 bilhões; de limite de pagamento de precatórios, vinculado à Receita Corrente Líquida; e a desvinculação de contribuições e taxas, além dos **impostos**.

Precatórios

Sobre os precatórios, os prefeitos participantes do evento foram alertados quanto ao prazo final para liquidar seu estoque de dívidas se a PEC não for aprovada. Já sobre a desvinculação das receitas, a proposta corrige o texto **Reforma Tributária**, que permite aplicação residual da receita carimbada, conforme a necessidade, aplicando-

se a regras a toda receita municipal.

A pauta de proposições comum dos Entes municipais, definida coletivamente e trabalhada pelos representantes da CNM, teve desdobramentos. Os representantes das áreas institucionais da Confederação - Estudos Técnicos e Parlamentar - Vinicius dos Santos e André Alencar, respectivamente, deram dicas valiosas sobre a contratação de programas federais e o impacto deles na gestão ao longo do mandato.

A importância de estar atento às chamadas de ações, seja para mobilizações, pesquisas, contato com parlamentares e/ou representantes do governo também foi exemplificada. Segundo Alencar, cada prefeito, atuando lá na ponta, faz as conquistas acontecerem aqui, na capital Federal. Da mesma forma, a força do movimento se faz pela possibilidade de promover pesquisas e levantamentos que mostrem a realidade e apontem os nortes para atuação. Como acessar dados individualizados dos municípios e os repasses constitucionais também fez parte da apresentação de Ziulkoski com ajuda de consultores e especialistas da entidade

Site:
https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/zpoe/#p=1

Onde é feriado da Consciência Negra? Veja isso e o que abre no feriado!

Nesta quarta-feira, 20, é celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra . A data, que marca a morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares , foi recentemente elevada ao status de feriado nacional no Brasil, por meio da sanção da Lei 14.759/2023 realizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) .

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

Por ser feriado nacional, alguns estabelecimentos comerciais e autarquias do Estado poderão ter seus horários de funcionamento reduzidos ou até mesmo não funcionar. (Confira abaixo o que abre e fecha)

A legislação trabalhista autoriza o funcionamento em feriados das atividades em setores que são classificados como essenciais. Contudo, quem for escalado para trabalhar tem direito a remuneração em dobro ou um dia de folga.

Onde é feriado da Consciência Negra?

O Dia da Consciência Negra é uma data comemorada oficialmente no Brasil desde 2011. No entanto, até o ano passado, o dia 20 de novembro era feriado apenas em alguns Estados.

Em 2023, apenas seis estados --Alagoas, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Amapá, Amazonas e São Paulo-- e 1.260 cidades tinham decretaram a data feriado.

Com a Lei 14.759/2023, sancionada pelo presidente Lula em dezembro de 2023, o 20 de novembro passa a ser feriado em todo território brasileiro. O projeto que deu origem à norma foi aprovado no Senado em 2021 e, na Câmara, em novembro de 2023.

O que abre e fecha no dia da Consciência Negra?

Bancos

Nesta quarta-feira, 20, não haverá expediente bancário. Carnês e contas com vencimento na data podem ser pagas no dia 21 de novembro, sem cobrança de juros.

Bolsa de Valores

A Bolsa de Valores (B3), em São Paulo, não vai funcionar na data. Todas as negociações serão retomadas na quinta-feira, 21.

Shoppings e comércio de rua

O funcionamento do comércio dependerá da região e da política de cada estabelecimento. Em algumas cidades, as lojas de rua e dos centros comerciais vão funcionar em horário reduzido, enquanto outras permanecerão fechadas.

INSS

As agências do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão ficar fechadas nesta quarta-feira, 20. As atividades serão retomadas na quinta-feira, normalmente.

Correios e lotéricas

As agências dos Correios e as lotéricas também vão ficar fechadas nesta quarta-feira. Serviços de postagem, retirada de encomendas e apostas serão retomados no próximo dia útil.

Órgãos públicos

Órgãos públicos de todas as esferas, como prefeituras, secretarias estaduais e repartições federais, não terão expediente no feriado. No entanto, serviços essenciais vão funcionar normalmente, como segurança pública, saúde e limpeza urbana.

Site: https://www.terra.com.br/economia/onde-e-feriado-da-consciencia-negra-veja-isso-e-o-que-abre-no-feriado,8e6f64ad9b9ab6af706c5b8616e5f899v4ynkulp.html

Mudança no Atestmed e greve de peritos médicos devem aumentar ainda mais fila do INSS (Previdência)

Cristiane Gercina

As mudanças feitas pela **Previdência Social** nas regras do Atestmed -sistema para a inclusão do atestado médico pela internet- e a greve dos peritos médicos podem aumentar ainda mais a fila de benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), que voltou a crescer em setembro .

Dados mostram que a fila atingiu 1,8 milhão de segurados, maior patamar desde julho de 2023. Em outubro, os pedidos de auxílio-doença envolvendo incapacidades musculares ou que são feitos por segurados autônomos e/ou desempregados passaram a ser enviados para a perícia médica.

Até então, a concessão era automática, com envio de documentação pelo aplicativo ou site Meu **INSS**. Além disso, uma greve de peritos médicos iniciada em agosto começa a ter reflexos.

Diminuir a fila era prioridade da gestão do atual presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, meta atingida com o Atestmed, que ampliou os gastos da Previdência e recebeu críticas dos peritos.

Com a greve e as mudanças no sistema, segurados que precisam do benefício por incapacidade temporária podem esperar mais de dois meses por atendimento.

Esse é o caso do autônomo Marcos Clayton da Silva, 43. O profissional passou por uma cirurgia no joelho em junho deste ano, o que o deixou temporariamente incapacitado para o trabalho.

O pedido de auxílio-doença foi feito no dia 3 de setembro, e uma perícia foi marcada para o início de novembro. No dia agendado, no entanto, o perito estava em greve.

Ao chegar na agência da Previdência, em Guarulhos (Grande SP), na data marcada, foi informado da paralisação. "Remarcaram para 21 de novembro, em uma agência em São Paulo. Acho que não querem pagar", afirma.

Pela regra anterior, o envio do Atestmed que atendesse aos requisitos legais, como ter CID (Classificação Internacional da Doença), assinatura e CRM (Conselho Regional de Medicina) válidos e previsão de data da alta, entre outros dados, garantiria ao segurado o direito ao benefício sem precisar passar por perícia, já que a cirurgia no joelho é incapacitante para a atividade exercida.

Com a mudança, cirurgias do tipo estão sendo enviadas para a análise de um perito médico, que poderá conceder o benefício ou não. Segundo especialistas, a perícia feita dessa forma é complexa, já que ocorre muito depois da data do fato gerador, seja uma doença ou uma operação, e pode levar à negativa de benefício.

Francisco Eduardo Cardoso, vice-presidente da ANMP (Associação Nacional dos Médicos Peritos), afirma que a greve dos peritos não estava sendo percebida pela população por conta do Atestmed e também de decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que determina 70% dos peritos em atividade.

Segundo ele, 9 em cada 10 pedidos de auxílio estão relacionados a problemas osteomusculares ou são solicitações de autônomos e desempregados representam 90% do total, que terão de passar por exame pericial.

"Segurado autônomo ou desempregado, com CID do grupo M e do F, representam 90% da demanda da perícia. Na prática, voltou a perícia presencial de fato", afirma.

Crítico do modelo, Cardoso afirma que havia fraudes. "O Atestmed segurou essa onda durante um bom tempo; aconteceu o que a gente falou que ia acontecer. Agravou o fato e eles [Previdência e **INSS**] viram a quantidade de fraudes", diz.

Segundo ele, a fila começa a ser sentida só agora. "O governo está vendo que a fila está aumentando, mesmo a perícia cumprindo o percentual do STJ, que eu acho injusto, mas que estamos cumprindo."

A reivindicação dos peritos é para que seja cumprido o

acordo de greve assinado em 2022. À Folha o presidente do **INSS** diz lamentar a greve e afirma que não há como cumprir os requisitos, já que há parecer do TCU (Tribunal de Contas da União) contrário ao que foi assinado no governo anterior.

"Estou preocupado, são aproximadamente 250 peritos que não fazem exatamente uma greve, mas que têm feito, se não me engano, seis perícias por dia, metade do que deveriam [fazer]. Lamento muito esse movimento, mas não há como cumprir o acordo de greve", diz.

Segundo Stefanutto, o documento prevê diminuição da carga de trabalho, o que seria irregular.

"Em quase todos os itens, senão todos, prevê diminuição de trabalho, e era um acordo precário, até que se resolvesse algumas questões. Esse acordo está superado; houve uma avaliação do TCU, que recomendou que era incabível a aplicação desse acordo em razão do interesse público", afirma.

Em nota, o **INSS** afirma que o segurado não tem direito ao auxílio-doença porque perdeu a qualidade de segurado, que garante benefícios mesmo quando não se pagam contribuições, em agosto de 2023. Além disso, havia falta de dados no atestado enviado.

O atestado médico ou odontológico deve ser em papel sem rasuras, e conter as seguintes informações:

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/mudanca-no-atestmed-e-greve-de-peritos-medicos-devem-aumentar-ainda-mais-fila-do-inss.shtml

Mudança no Atestmed e greve de peritos médicos devem aumentar ainda mais fila do INSS

Cristiane Gercina

As mudanças feitas pela **Previdência Social** nas regras do Atestmed -sistema para a inclusão do atestado médico pela internet- e a greve dos peritos médicos podem aumentar ainda mais a fila de benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), que voltou a crescer em setembro .

Dados mostram que a fila atingiu 1,8 milhão de segurados, maior patamar desde julho de 2023. Em outubro, os pedidos de auxílio-doença envolvendo incapacidades musculares ou que são feitos por segurados autônomos e/ou desempregados passaram a ser enviados para a perícia médica.

Até então, a concessão era automática, com envio de documentação pelo aplicativo ou site Meu **INSS**. Além disso, uma greve de peritos médicos iniciada em agosto começa a ter reflexos.

Diminuir a fila era prioridade da gestão do atual presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, meta atingida com o Atestmed, que ampliou os gastos da Previdência e recebeu críticas dos peritos.

Com a greve e as mudanças no sistema, segurados que precisam do benefício por incapacidade temporária podem esperar mais de dois meses por atendimento.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Esse é o caso do autônomo Marcos Clayton da Silva, 43. O profissional passou por uma cirurgia no joelho em junho deste ano, o que o deixou temporariamente incapacitado para o trabalho.

O pedido de auxílio-doença foi feito no dia 3 de setembro, e uma perícia foi marcada para o início de novembro. No dia agendado, no entanto, o perito estava em greve.

Ao chegar na agência da Previdência, em Guarulhos (Grande SP), na data marcada, foi informado da paralisação. "Remarcaram para 21 de novembro, em uma agência em São Paulo. Acho que não querem pagar", afirma.

Pela regra anterior, o envio do Atestmed que atendesse aos requisitos legais, como ter CID (Classificação Internacional da Doença), assinatura e CRM (Conselho Regional de Medicina) válidos e previsão de data da alta, entre outros dados, garantiria ao segurado o direito ao benefício sem precisar passar por perícia, já que a cirurgia no joelho é incapacitante para a atividade exercida.

Com a mudança, cirurgias do tipo estão sendo enviadas para a análise de um perito médico, que poderá conceder o benefício ou não. Segundo especialistas, a perícia feita dessa forma é complexa, já que ocorre muito depois da data do fato gerador, seja uma doença ou uma operação, e pode levar à negativa de benefício.

Francisco Eduardo Cardoso, vice-presidente da ANMP (Associação Nacional dos Médicos Peritos), afirma que a greve dos peritos não estava sendo percebida pela população por conta do Atestmed e também de decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que determina 70% dos peritos em atividade.

Segundo ele, 9 em cada 10 pedidos de auxílio estão relacionados a problemas osteomusculares ou são solicitações de autônomos e desempregados representam 90% do total, que terão de passar por exame pericial.

"Segurado autônomo ou desempregado, com CID do grupo M e do F, representam 90% da demanda da perícia. Na prática, voltou a perícia presencial de fato", afirma.

Crítico do modelo, Cardoso afirma que havia fraudes. "O Atestmed segurou essa onda durante um bom tempo; aconteceu o que a gente falou que ia acontecer. Agravou o fato e eles [Previdência e **INSS**] viram a quantidade de fraudes", diz.

Segundo ele, a fila começa a ser sentida só agora. "O

governo está vendo que a fila está aumentando, mesmo a perícia cumprindo o percentual do STJ, que eu acho injusto, mas que estamos cumprindo."

A reivindicação dos peritos é para que seja cumprido o acordo de greve assinado em 2022. À Folha o presidente do **INSS** diz lamentar a greve e afirma que não há como cumprir os requisitos, já que há parecer do TCU (Tribunal de Contas da União) contrário ao que foi assinado no governo anterior.

"Estou preocupado, são aproximadamente 250 peritos que não fazem exatamente uma greve, mas que têm feito, se não me engano, seis perícias por dia, metade do que deveriam [fazer]. Lamento muito esse movimento, mas não há como cumprir o acordo de greve", diz.

Segundo Stefanutto, o documento prevê diminuição da carga de trabalho, o que seria irregular.

"Em quase todos os itens, senão todos, prevê diminuição de trabalho, e era um acordo precário, até que se resolvesse algumas questões. Esse acordo está superado; houve uma avaliação do TCU, que recomendou que era incabível a aplicação desse acordo em razão do interesse público", afirma.

Em nota, o **INSS** afirma que o segurado não tem direito ao auxílio-doença porque perdeu a qualidade de segurado, que garante benefícios mesmo quando não se pagam contribuições, em agosto de 2023. Além disso, havia falta de dados no atestado enviado.

O atestado médico ou odontológico deve ser em papel sem rasuras, e conter as seguintes informações:

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/mudanca-no-atestmed-e-greve-de-peritos-medicos-devem-aumentar-ainda-mais-fila-do-inss.shtml

Maioria aprova demissão de servidor que não rende

Gustavo Andrade

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha mostrou que 80% dos brasileiros - ou seja, 8 em cada 10 - defendem que funcionários públicos possam ser demitidos caso não rendam no trabalho; e 71% são favoráveis à aprovação de reforma administrativa que mude a forma de avaliar o trabalho dos servidores conforme o desempenho.

Mas esse tipo de providência já é possível dentro da legislação atual, que prevê que o servidor estatutário passe por avaliação periódica de desempenho, como lembra o advogado especialista em Direito Público Alexandre Amorim:

"A ideia é verificar se, mesmo após alcançada a estabilidade, este servidor continua sendo produtivo, podendo ser desligado de seu cargo caso reprove em tal avaliação." Segundo ele, o que talvez possa passar impressão diferente é o fato de, na prática, pouco se ouvir falar em servidores desligados por conta de reprovação em estágio probatório e menos ainda em avaliações periódicas de desempenho.

"Neste caso, o problema não está no sistema, mas em quem o opera. Talvez uma mudança de mentalidade possa contribuir", disse.

A mestra em Direito e professora de Direito Administrativo Sâmela Souza reforçou que há mecanismos de avaliação contínua de desempenho de servidores, mas que, em muitos casos, não são utilizados na prática. "Essa avaliação tem impacto político, por exemplo em prefeituras do interior, e financeiro, pois faltam critérios objetivos e estruturas para pô-la em prática "

O presidente do Sindicato dos Servidores do Estado (Sindipúblicos-ES), Iran Milanez Caetano, disse que defende a demissão por mau desempenho, e que há avaliação periódica. "Os servidores do Estado têm avaliações anuais. Nós defendemos que pode ser demitido, sim, por mau desempenho, tendo, claro, ampla defesa".

O governo federal informou que 84% dos órgãos e entidades federais aderiram ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD), que "tem como objetivos promover planejamento e gestão mais transparente das atividades executadas pelos agentes públicos e das entregas realizadas pelos órgãos e entidades para, assim, conferir mais efetividade à ação estatal na prestação de serviços à população".

A reportagem não teve retorno do Sindicato dos Servidores Federais no Estado (Sindsep-ES).

ANÁLISE de resultados de pesquisa: medidas defendidas pela população já são possíveis pela legislação atual

Decisão libera funcionário público sem estabilidade

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é válida a mudança na Constituição que alterou o regime de trabalho para os **servidores públicos**. Na prática, a decisão autoriza que novos servidores sejam contratados pelas regras da Consolidação de Leis do Trabalho (CLT), sem estabilidade.

"Em determinadas áreas, como saúde e educação, que lidam com demandas variáveis, a flexibilização pode representar uma alternativa para ajustes nas equipes e atendimento da população. Setores de apoio administrativo e manutenção também podem adotar contratos celetistas", disse o presidente da Associação dos Municípios do Estado (Amunes) e prefeito de Ibatiba, Luciano Pingo.

A prefeitura da Serra informou que "já faz contratações do tipo, mediante processos seletivos públicos. A decisão de contratação celetista ainda demandará estudos".

LUCIANO PINGO: alternativa

FALA, LEITOR

"Pode ser demitido sim por mau desempenho. Não é porque tem uma estabilidade que não tem que dar conta do recado"

ELAINE BAHIENSE. professora

"Seria ótimo demissão por mau desempenho, mas acabam envolvendo politicagem, e nesse caso sou contra"

ELISANGELA DA SILVA, técnica em radiologia

SAIBA MAIS

A pesquisa

OITO EM CADA dez brasileiros defendem que os funcionários públicos no País possam ser demitidos em caso de má performance na função.

71% SÃO FAVORÁVEIS à aprovação de uma reforma administrativa que mude a forma de avaliar o trabalho dos servidores de acordo com seu desempenho.

QUANDO QUESTIONADOS sobre OS gastos do País com salários e benefícios dos servidores, 47% avaliam que o Brasil deveria gastar menos. 33% que deveria manter o nível atual de gastos e 18% que deveria gastar mais.

UMA MAIORIA DE 56%. no entanto, concorda totalmente ou parcialmente que os servidores precisam da garantia de que não serão demitidos para realizar um bom trabalho. Mas 90% defendem que eles sejam avaliados constantemente.

Demissão

HOJE servidores só podem ser demitidos por justa causa quando uma decisão judicial externa ao órgão público determina a exoneração ou quando o profissional é penalizado por má conduta no trabalho, constatada após Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

A CONSTITUIÇÃO prevê o desligamento de servidores que não tiverem bons resultados em avaliações de desempenho. No entanto, esse recurso nunca foi regulamentado nacionalmente.

Fonte: Folhapress e advogados consultados.

Reforma tributária e os riscos ao saneamento básico (Artigo)

Michel Temer é ex-presidente da República

Sanear é tornar são, habitável, respirável.

Saneamento tem, lexicamente, essa significação. Ganhou significado político-administrativo na medida em que ficou vinculado à ideia de gestos governativos que objetivem proporcionar condições dignas de vida aos cidadãos, para que não fiquem sujeitos às doenças derivadas da não entrega de água pura e da não coleta e tratamento de esgotos.

De logo se verifica que vários dispositivos constitucionais são aplicáveis. Primeiro, a dignidade da pessoa humana (Constituição Federal, artigo 1-, III). A Constituição determina tratamento digno às pessoas. Será digna a medida governamental que submete seus nacionais à inexistência de saneamento? Não. A falta de saneamento é tratamento indigno dado aos indivíduos.

Segundo, são preceitos da Constituição "erradicar a pobreza", "reduzir as desigualdades sociais" e "promover o bem-estar de todos" como está escrito em seu artigo 3S, III e IV. Falta de saneamento cumpre esses preceitos? Absolutamente não! Saneamento é direito de todos e dever do Estado, além de ser um dos pressupostos para a boa saúde. A ausência de saneamento é prejudicial à saúde e, portanto, contraria a Constituição. Políticas governamentais que não prestigiem o saneamento básico ou impo-nham medidas que o onerem são impróprias.

A esta altura, o leitor estará perguntando: por que essa digressão sobre os princípios constitucionais se o tema diz respeito à **reforma tributária**? E aqui devo declarar que a reforma aumentará a carga fiscal do saneamento básico para aproximadamente 26,5%, em contraste com os atuais 9,74%. A diferença gerará incremento de 18% nas tarifas.

Sabidamente, esse percentual acrescido será pago pelo consumidor. O que poderá acontecer? Aumentará a busca por soluções ambientalmente inadequadas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, como fossas, despejos em rios e valas. Ou seja: meio ambiente desequilibrado e vida indigna para os indivíduos.

Impressiona-me dado que obtive: 330 mil internações anuais por doenças relacionadas à falta de saneamento; R$ 740 milhões com as internações. A universalização do saneamento proporcionaria, até 2040, economia de R$ 25 bilhões, além da melhoria das condições de vida da população. No contexto em que 15% dos brasileiros não têm acesso a abastecimento de água, 44% não têm coleta de esgoto e, daquele esgoto coletado, 48% não é tratado, o saneamento deve ser incentivado, e não desestimulado.

Já é possível perceber do que se está a tratar: é sugerir o não aumento da carga tributária do saneamento básico e mantê-la no percentual atual: 9,74%. E possível fazê-lo? Sim. Para tanto, é preciso tratar, na **reforma tributária**, saneamento básico como aquilo que realmente é: um serviço e uma política de saúde pública. E constitucional fazê-lo por meio de Lei Complementar? Por tudo o que está escrito neste artigo, sim.

O detalhamento em lei daquilo a que a Constituição apenas faz referência, "serviços de saúde", é parte do caráter regulamentador da legislação infraconstitucional. Convém realizá-lo? A resposta é também afirmativa. Isso, na verdade, para dar cumprimento aos preceitos constitucionais, direta ou indiretamente.

Há argumentos suficientes, de ordem constitucional, ética e moral, para até zerar a carga tributária hoje incidente sobre os serviços de saneamento básico, tamanha sua importância e essencialidade. Estar-se-ia a seguir o bom exemplo de países mais desenvolvidos, onde a alíquota zero para o saneamento, mesmo já alcançada a universalização dos serviços, é realidade.

Daí por que é fundamental reconhecer, na regulamentação da **reforma tributária**, que saneamento é saúde e não elevar a carga fiscal do setor. Cumprir-se-ão, com isso, os objetivos constitucionais imperativos aqui antes relatados.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Operadoras de saneamento preveem R$ 100 bilhões em novos projetos

Com a meta de universalizar o acesso ao saneamento básico até 2033, o Brasil precisa investir R$ 81,8 bilhões por ano para alcançar esse objetivo. O setor, no entanto, tem enfrentado dificuldades para chegar a esse volume de recursos, um quadro que pode se agravar ainda mais diante da **reforma tributária** em análise no Congresso Nacional e da possibilidade de aumento da carga de **impostos** que recaem sobre o segmento.

Projeções da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon) mostram que os investimentos do setor podem ser comprometidos com uma queda de 26% em volume de recursos, caso o texto da reforma se mantenha como está atualmente.

A diretora-executiva da Abcon Sindcon, Christianne Dias, afirma que o mercado tem observado a entrada de novos investidores e o aumento do interesse nos leilões, o que reflete, segundo ela, o apetite do setor privado por oportunidades de investimento em infraestrutura de saneamento. No entanto, pondera que, para garantir a continuidade dessa procura, se faz necessário um ambiente de negócios estável e sem risco jurídico.

"É importante que o investidor veja esse setor com muita estabilidade", explica. A mudança no sistema tributário em discussão no Legislativo pode aumentar a carga sobre o segmento de 9% para cerca de 27%, o que traria problemas para os contratos em andamento e jogaria dúvidas sobre os projetos em prospecção. Ela defende que, para minimizar os impactos da reforma, o texto deveria garantir neutralidade tributária ao saneamento, equiparando-o à saúde. "Estamos falando de um serviço que é essencial. Então, não estamos falando de luxo. É essencialidade", argumenta.

Christianne observa ainda que a meta de universalização é um dever legal do setor e que há, inclusive, previsão contratual para os casos de não cumprimento desse marco. "Não é uma meta solta. Ela está na lei e todos os contratos foram aditivados para prever a meta. Se não cumprir, tem consequência", explica.

De acordo com liana Ferreira, superintendente técnica da Abcon Sindcon, a necessidade total de investimentos para alcançar a universalização dentro do prazo está ao redor de R$ 1 trilhão. "A parceria entre o setor público e privado é crucial para a realização desses investimentos."

REFORMA AMEAÇA PROJETOS

A Abcon Sindcon calcula que desde a implementação do novo marco regulatório do setor, em 2020,55 leilões de saneamento foram realizados, com contratos que preveem investimentos e outorgas de cerca de R$ 216 bilhões. Esses leilões, segundo a entidade, estabeleceram como meta a cobertura de 90% da população com coleta e tratamento de esgoto e 99% com abastecimento de água, como previsto na legislação do setor.

Ainda de acordo com a entidade, o Brasil está entrando em um novo ciclo de projetos regionais e municipais de saneamento. Atualmente, 33 estão em estruturação, o que vai alcançar mais de mil municípios: a previsão é gerar investimentos de RS 100 bilhões. "Ano que vem vai ser de muitos projetos, principalmente focados no Norte e no Nordeste, regiões historicamente carentes de infraestrutura de saneamento", afirma liana. Ela explica que as obras também vão cobrir municípios em

Goiás, Espírito Santo e Minas Gerais, onde novas Parcerias Público-Privadas (PPPs) estão em andamento.

FINANCIAMENTOS

Segundo Nelson Barbosa, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento e atual diretor de planejamento e relações institucionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a instituição tem desempenhado um papel essencial no financiamento do setor de saneamento. "O BNDES não atua sozinho", observa. "Ao contrário, financia os projetos em parceria com bancos comerciais, instituições multilaterais e, sobretudo, com o mercado de capitais."

Desde o novo marco regulatório do saneamento, aprovado em 2020, o BNDES estruturou 13 projetos, com investimento total de RS 70 bilhões, no Rio de Janeiro, Alagoas e Ceará, o que beneficiou cerca de

30 milhões de pessoas. "Os investimentos em saneamento são prioritários em razão de seu evidente impacto social e ambiental. Havendo bons projetos, liderados pelo setor público ou pelo setor privado, o banco vai analisá-los, caso a caso, para definir a forma e o tamanho de sua participação", afirma.

Barbosa relata ainda que o banco, em 2024, promoveu projetos nas regiões Norte e Nordeste, onde se

concentram as maiores lacunas de saneamento. "Os novos projetos em estruturação nos estados do Pará, Maranhão, Rondônia, entre outros, devem beneficiar mais de 35 milhões de pessoas e gerar investimentos de cerca de R$ 100 bilhões", calcula.

INSEGURANÇA JURÍDICA

Todos esses investimentos e futuros projetos, no entanto, podem ser impactados negativamente pela **reforma tributária**. Segundo o economista Rudnei Toneto Junior, professor da Universidade de São Paulo (USP), as mudanças nos **impostos** do setor, caso o texto não seja alterado no Congresso Nacional, trarão um aumento expressivo na carga tributária, o que vai afetar diretamente as tarifas de água e esgoto e, potencialmente, reduzir a capacidade de investimento das empresas na área.

Atualmente, companhias de saneamento têm isenções específicas, como a exclusão do ICMS e ISS, mas, com a reforma, a alíquota deve subir para aproximadamente 27%. Esse aumento, nos cálculos do economista, pode ser repassado às tarifas ou absorvido pelas empresas, comprometendo seus excedentes financeiros e reduzindo os recursos próprios disponíveis para novos investimentos.

"Essa pressão tributária poderia dificultar a expansão dos serviços de saneamento, principalmente em regiões menos urbanizadas e de baixa renda, onde o déficit é maior e os custos operacionais são elevados", afirma. O professor ainda alerta que o aumento da carga tributária no setor pode excluir populações mais vulneráveis ao tornar o serviço inacessível para consumidores de baixa renda ou impedir a expansão da rede.

Ele observa ainda que a reforma vai exigir um reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de saneamento, uma vez que as empresas terão de lidar com diferentes regulamentos e um aumento nas alíquotas tributárias. Com mais de 100 agências reguladoras e diferentes tipos de contrato, o setor, na visão dele, pode enfrentar insegurança jurídica e dificuldades para promover esse reequilíbrio.

Toneto defende que o saneamento deveria receber o mesmo tratamento tributário diferenciado da saúde, dado o impacto positivo que traz à população. Para ele, é contraditório que um setor com tantos benefícios sociais e econômicos seja tributado como qualquer outro, sem considerar suas externalidades positivas, como a redução de internações e doenças relacionadas à falta de saneamento.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Operadoras de saneamento preveem R$ 100 bilhões em novos projetos

CONTEÚDO PATROCINADO POR ABCON SINDCON E AESBE

Com a meta de universalizar o acesso ao saneamento básico até 2033, o Brasil precisa investir R$ 81,8 bilhões por ano para alcançar esse objetivo. O setor, no entanto, tem enfrentado dificuldades para chegar a esse volume de recursos, um quadro que pode se agravar ainda mais diante da **reforma tributária** em análise no Congresso Nacional e da possibilidade de aumento da carga de **impostos** que recaem sobre o segmento.

Projeções da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon) mostram que os investimentos do setor podem ser comprometidos com uma queda de 26% em volume de recursos, caso o texto da reforma se mantenha como está atualmente.

A diretora-executiva da Abcon Sindcon, Christianne Dias, afirma que o mercado tem observado a entrada de novos investidores e o aumento do interesse nos leilões, o que reflete, segundo ela, o apetite do setor privado por oportunidades de investimento em infraestrutura de saneamento. No entanto, pondera que, para garantir a continuidade dessa procura, se faz necessário um ambiente de negócios estável e sem risco jurídico.

"É importante que o investidor veja esse setor com muita estabilidade", explica. A mudança no sistema tributário em discussão no Legislativo pode aumentar a carga sobre o segmento de 9% para cerca de 27%, o que traria problemas para os contratos em andamento e jogaria dúvidas sobre os projetos em prospecção. Ela defende que, para minimizar os impactos da reforma, o texto deveria garantir neutralidade tributária ao saneamento, equiparando-o à saúde. "Estamos falando de um serviço que é essencial. Então, não estamos falando de luxo. É essencialidade", argumenta.

Christianne observa ainda que a meta de universalização é um dever legal do setor e que há, inclusive, previsão contratual para os casos de não cumprimento desse marco. "Não é uma meta solta. Ela está na lei e todos os contratos foram aditivados para prever a meta. Se não cumprir, tem consequência", explica.

De acordo com liana Ferreira, superintendente técnica da Abcon Sindcon, a necessidade total de investimentos para alcançar a universalização dentro do prazo está ao redor de R$ 1 trilhão. "A parceria entre o setor público e privado é crucial para a realização desses investimentos."

REFORMA AMEAÇA PROJETOS

A Abcon Sindcon calcula que desde a implementação do novo marco regulatório do setor, em 2020,55 leilões de saneamento foram realizados, com contratos que preveem investimentos e outorgas de cerca de R$ 216 bilhões. Esses leilões, segundo a entidade, estabeleceram como meta a cobertura de 90% da população com coleta e tratamento de esgoto e 99% com abastecimento de água, como previsto na legislação do setor.

Ainda de acordo com a entidade, o Brasil está entrando em um novo ciclo de projetos regionais e municipais de saneamento. Atualmente, 33 estão em estruturação, o que vai alcançar mais de mil municípios: a previsão é gerar investimentos de R$ 100 bilhões. "Ano que vem vai ser de muitos projetos, principalmente focados no Norte e no Nordeste, regiões historicamente carentes de infraestrutura de saneamento", afirma liana. Ela explica que as obras também vão cobrir municípios em Goiás, Espírito Santo e Minas Gerais, onde novas Parcerias Público-Privadas (PPPs) estão em andamento.

FINANCIAMENTOS

Segundo Nelson Barbosa, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento e atual diretor de planejamento e relações institucionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a instituição tem desempenhado um papel essencial no financiamento do setor de saneamento. "O BNDES não atua sozinho", observa. "Ao contrário, financia os projetos em parceria com bancos comerciais, instituições multilaterais e, sobretudo, com o mercado de capitais."

Desde o novo marco regulatório do saneamento, aprovado em 2020, o BNDES estruturou 13 projetos, com investimento total de R$ 70 bilhões, no Rio de Janeiro, Alagoas e Ceará, o que beneficiou cerca de

30 milhões de pessoas. "Os investimentos em saneamento são prioritários em razão de seu evidente impacto social e ambiental. Havendo bons projetos, liderados pelo setor público ou pelo setor privado, o banco vai analisá-los, caso a caso, para definir a forma e o tamanho de sua participação", afirma.

Barbosa relata ainda que o banco, em 2024, promoveu projetos nas regiões Norte e Nordeste, onde se concentram as maiores lacunas de saneamento. "Os novos projetos em estruturação nos estados do Pará, Maranhão, Rondônia, entre outros, devem beneficiar mais de 35 milhões de pessoas e gerar investimentos de cerca de R$ 100 bilhões", calcula.

INSEGURANÇA JURÍDICA

Todos esses investimentos e futuros projetos, no entanto, podem ser impactados negativamente pela **reforma tributária**. Segundo o economista Rudnei Toneto Junior, professor da Universidade de São Paulo (USP), as mudanças nos **impostos** do setor, caso o texto não seja alterado no Congresso Nacional, trarão um aumento expressivo na carga tributária, o que vai afetar diretamente as tarifas de água e esgoto e, potencialmente, reduzir a capacidade de investimento das empresas na área.

Atualmente, companhias de saneamento têm isenções específicas, como a exclusão do IGMS e ISS, mas, com a reforma, a alíquota deve subir para aproximadamente 27%. Esse aumento, nos cálculos do economista, pode ser repassado às tarifas ou absorvido pelas empresas, comprometendo seus excedentes financeiros e reduzindo os recursos próprios disponíveis para novos investimentos.

"Essa pressão tributária poderia dificultar a expansão dos serviços de saneamento, principalmente em regiões menos urbanizadas e de baixa renda, onde o déficit é maior e os custos operacionais são elevados", afirma. O professor ainda alerta que o aumento da carga tributária no setor pode excluir populações mais vulneráveis ao tornar o serviço inacessível para consumidores de baixa renda ou impedir a expansão da rede.

Ele observa ainda que a reforma vai exigir um reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de saneamento, uma vez que as empresas terão de lidar com diferentes regulamentos e um aumento nas alíquotas tributárias. Com mais de 100 agências reguladoras e diferentes tipos de contrato, o setor, na visão dele, pode enfrentar insegurança jurídica e dificuldades para promover esse reequilíbrio.

Toneto defende que o saneamento deveria receber o mesmo tratamento tributário diferenciado da saúde, dado o impacto positivo que traz à população. Para ele, é contraditório que um setor com tantos benefícios sociais e econômicos seja tributado como qualquer outro, sem considerar suas externalidades positivas, como a redução de internações e doenças relacionadas à falta de saneamento.

**

"É importante que o investidor veja esse setor [do saneamento] com muita estabilidade"

CHRISTIANNE DIAS, diretora-executiva da Abcon Sindcon

"Os novos projetos em estruturação nos estados do Pará, Maranhão, Rondônia, entre outros, devem beneficiar mais de 35 milhões de pessoas e gerar investimentos de cerca de R$ 100 bilhões"

NELSON BARBOSA, diretor de planejamento e relações institucionais do BNDES

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/188045?page=1&section=1

G20 aprova combate à fome e sugere taxar fortuna

(Murillo Camarotto, Andréa Jubé, Paula Martini, Estevão Taiar, Camila Zarur, Jéssica Sant"Ana e Lucianne Carneiro)

Um dia antes do encerramento, a cúpula do G20 divulgou a declaração final dos chefes de Estado que estão reunidos no Rio. O documento, aprovado por consenso - porém com ressalvas verbais feitas pelo presidente argentino, Javier Milei -, apoia a criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, destaca a importância de uma taxação sobre as grandes fortunas e reitera a necessidade de ampliação do financiamento para combater as mudanças climáticas.

A Casa Rosada justificou que a Argentina decidiu assinar a declaração para não criar obstáculos ao consenso. Em **comunicado** oficial, o presidente Javier Milei se manifestou sobre suas objeções. No pronunciamento, feito diante dos demais presidentes, Milei criticou o que considera uma limitação à liberdade de expressão em redes sociais e o tratamento discriminatório aos mais ricos na hipótese de criação de uma tributação internacional. Também rechaçou que o Estado deva atuar no combate à fome e à miséria, porque a tarefa deveria ser resolvida pelo capitalismo.

O texto também chegou a um termo comum em relação aos conflitos em curso na Ucrânia e no Oriente Médio, um dos mais controversos no grupo. No caso da Ucrânia, a solução passou por evitar menções críticas à Rússia e destacar "o sofrimento humano e os impactos negativos adicionais da guerra no que diz respeito à segurança alimentar e energética global, cadeias de suprimentos, estabilidade macrofinanceira, **inflação** e crescimento".

Já em relação ao Oriente Médio, os países membros do G20 falaram em uma situação "catastrófica" na Faixa de Gaza e destacaram a escalada de violência no Líbano, mas evitaram ataques diretos a Israel. Os países signatários também destacaram o apoio a uma solução de dois Estados para o conflito israelo-palestino e enfatizaram a expansão do fluxo de assistência humanitária.

Outro pleito brasileiro, a reforma da governança global também é tratada, mesmo que de maneira genérica, no **comunicado**. O documento reafirma o compromisso dos países em trabalhar por um sistema multilateral revigorado e fortalecido, mas não define especificamente a reforma de nenhum organismo.

Apesar dos termos vagos e dos contratempos vistos durante as negociações, o resultado pode ser considerado positivo para a presidência brasileira do G20. A Aliança Contra a Fome será o principal legado do país, mas a menção à taxação dos super-ri-cos também está sendo bastante comemorada pelos diplomatas.

O G20 destaca apenas a importância de que as pessoas com "patrimônio líquido ultra-alto sejam efetivamente tributadas". A menção não representa qualquer tipo de compromisso efetivo dos países em cobrar mais **impostos** de seus milionários, mas apenas o reconhecimento de que a taxação pode ser importante.

O lançamento oficial da aliança foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no discurso de abertura da reunião, que reuniu 34 chefes de Estado no Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio. O projeto brasileiro foi referendado por todos os países do G20, incluindo a Argentina, que havia sinalizado que ficaria de fora, mas aderiu na última hora.

No momento do anúncio o presidente brasileiro, a aliança contava com 184 fundadores, sendo 82 países, a União Africana, a União Européia, 24 organizações internacionais, 9 instituições financeiras internacionais e 31 organizações filantrópicas e não governamentais. Segundo Lula, sob a aliança, os países vão "articular recomendações internacionais, políticas públicas eficazes e fontes de financiamento". "Não se trata apenas de fazer justiça. Essa é uma condição imprescindível para construir sociedades mais prósperas e um mundo de paz", completou o presidente.

Pouco antes do discurso de abertura, Lula teve o primeiro encontro público com o presidente da Argentina, Javier Milei, um severo crítico do petista. Os dois se cumprimentaram de forma protocolar, ambos com semblante sério e compenetrado. Surpreendentemente, os argentinos acabaram recuando na última hora e subscreveram a aliança, o que foi um alívio para o Itamaraty.

Ainda assim, durante sua fala aos demais chefes de

Estado e de governo, Milei deixou clara a sua posição sobre o combate à fome. Para ele, a luta contra a fome e a pobreza passa obrigatoriamente por "tirar o Estado do meio e dar mais liberdade aos cidadãos". Também defendeu a desregulamentação do mercado e a facilitação do comércio e criticou aqueles que preferem viver como "escravos das dádivas do Estado".

Sem citar especificamente a proposta brasileira de taxação de grandes fortunas, o presidente argentino também se mostrou contrário a "propostas que impliquem em maior pressão fiscal e propostas que enriqueçam os políticos dos países ricos enquanto os países mais pobres lutam para sair da pobreza". "Repito, a única coisa que tira pessoas da pobreza é o capitalismo e o livre mercado. Outra proposta está aquém e é projetada por sociólogos desonestos", completou.

Milei também manifestou sua objeção às ações de promoção da igualdade de gênero, previstas na declaração final. O documento reafirma o compromisso dos membros do grupo em eliminar "barreiras legais, culturais e sociais que dificultam a plena participação de mulheres e meninas na economia". Também reconhece que "a liderança feminina em todos os setores é crucial para o crescimento econômico global e para a redução de desigualdades".

Apesar do sucesso na adesão maciça à aliança, o Brasil também enfrentou reveses no G20. A falta de objetividade sobre a taxação de grandes fortunas, por exemplo, põe dúvidas sobre a capacidade de o programa lançado se viabilizar financeiramente.

Conforme o Valor antecipou no domingo, o texto da declaração final da cúpula do G20 contemplou, mesmo que de forma genérica, a taxação dos super ricos. "Com total respeito à soberania tributária, nós procuraremos nos envolver cooperativamente para garantir que indivíduos de patrimônio líquido ultra-alto sejam efetivamente tributados. A cooperação podería envolver o intercâmbio de melhores práticas, o incentivo a debates em torno de princípios fiscais e a elaboração de mecanismos antievasão", diz o texto.

A manutenção do texto acordado na madrugada de segunda-feira deu trabalho para o Itama-raty. Logo pela manhã de ontem, se acumulavam pedidos de reabertura das discussões do texto, especialmente de países europeus interessados em endurecer os termos contra a Rússia após o país lançar um forte bombardeio contra a Ucrânia. Mudanças no tema do desenvolvimento sustentável também foram pedidos.

Segundo o Valor apurou, houve apenas duas alterações pontuais no texto final, em relação à versão preliminar aprovada pelos "sherpas", como são chamados os diplomatas que negociam os termos do acordo. Ambas as mudanças foram feitas em parágrafos que tratam das guerras.

Na abertura da segunda parte da reunião, que teve como pauta a reforma da governança global, Lula voltou a defender a cobrança. "Uma taxação de 2% sobre o patrimônio de indivíduos super-ricos poderia gerar recursos da ordem de US$ 250 bilhões por ano para serem investidos no enfrentamento dos desafios sociais e ambientais do nosso tempo".

Sobre as reformas, a declaração final destacou a necessidade de um sistema multilateral fortalecido e "adaptado às realidades do século XXI". Os líderes enfatizaram a urgência de uma governança mais representativa, eficaz e transparente, baseada nos propósitos da Carta das Nações Unidas e no direito internacional.

Mais uma vez, foi defendida uma transformação do Conselho de Segurança da ONU para torná-lo mais inclusivo e alinhado às demandas contemporâneas, ampliando a representação de regiões subrepresentadas, como África, Ásia-Pacífico e América Latina e Caribe. O fortalecimento do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) também foi considerado essencial para integrar as ações das agências da ONU e apoiar os países no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Outro tema colocado como prioridade da presidência brasileira, o desenvolvimento sustentável também aparece na declaração. Um dos pontos mais polêmicos foi o financiamento climático, com destaque para a necessidade de ampliar os fluxos de recursos "de bilhões para trilhões", especialmente para apoiar países em desenvolvimento. A inclusão de mais obrigações para os países pobres, como queriam os europeus, acabou ficando de fora.

"Nós ressaltamos a importância de continuar o trabalho na operacionalização das transições justas, considerando suas dimensões econômicas, sociais e ambientais e as circunstâncias locais, e avançar no trabalho para responder aos desafios ao financiamento de Soluções Baseadas na Natureza", diz a declaração.

Por fim, o documento também endereça o desafio da inteligência artificial. O texto aponta o avanço da tecnologia como uma oportunidade para o crescimento econômico, mas alerta para os desafios éticos e riscos associados, além da importância de maior igualdade no acesso. "Para liberar todo o potencial da IA, compartilhar equitativamente seus benefícios e mitigar os riscos, nós trabalharemos juntos para promover a cooperação."

"A única coisa que tira pessoas da pobreza é o capitalismo" Javier Milei

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188045?page=1&section=1

O necessário imposto dos super-ricos (Artigo)

» ATHALIE BEGHIN Integrante do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

A proposta da presidência brasileira do G20 de taxar os super-ricos é urgente e necessária, pois, no mundo todo, as pessoas mais abastadas são as que proporcionalmente pagam menos **impostos**. Essa situação, além de ser profundamente injusta, contribui para aumentar as desigualdades e diminuir a disponibilidade de recursos públicos, cada vez mais necessários para fazer face aos desafios globais da contemporaneidade - particularmente a fome, a pobreza e as mudanças climáticas.

O estudo encomendado pelo Brasil ao economista francês Gabriel Zucman evidencia que, se os 65 mil centimilionários (com riqueza acima de U$ 100 milhões) forem taxados com um imposto mínimo de 3% sobre seus patrimônios, seria possível mobilizar até U$ 688 bilhões por ano, valor próximo ao Produto Interno Bruto (**PIB**) da Bélgica, que foi de U$ 632 bilhões em 2023, de acordo com o Banco Mundial.

No Brasil, não é diferente. Análise recentemente publicada pelo economista Sergio Gobetti, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revela que a concentração de renda no topo da pirâmide social brasileira aumentou expressivamente entre 2017 e 2022, pois os rendimentos dos mais ricos cresceram muito mais do que a renda média brasileira.

Enquanto a maioria da população adulta (95%) viu sua renda aumentar apenas 1,6% em termos reais no período de cinco anos, a variação registrada pelos 0,1% do topo foi de 42% acima da **inflação**. E entre os 15 mil milionários que compõem o 0,01% mais rico, o crescimento foi ainda maior: 49%.

Não é aceitável que, em um país com tantas pessoas empobrecidas, situação agravada pelos crescentes impactos das mudanças climáticas, os mais ricos tenham sua renda expandida a velocidade tão superior aos demais e, ainda por cima, paguem de imposto menos de 8% sobre tudo que ganham, como mostram os dados das declarações de IRPF no Brasil.

Esse quadro precisa ser urgentemente alterado, seja por meio da volta da tributação de lucros e dividendos distribuídos, seja por meio de um imposto mínimo sobre a renda dos milionários.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e seus pesquisadores associados realizaram simulações de quanto seria possível mobilizar de recursos públicos adicionais sob diferentes arranjos tributários.

Por exemplo, se a renda total dos milionários brasileiros fosse submetida a um imposto mínimo de 18%, seria possível arrecadar cerca de R$ 98 bilhões por ano.

Esse valor corresponde a 23 vezes o orçamento do Ministério de Meio Ambiente e Clima, que foi de R$ 4,3 bilhões em 2023. Ou cerca de 20 vezes o orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como Merenda Escolar, de aproximadamente R$ 5 bilhões em 2023.

Além do aporte de recursos novos para a implementação de políticas públicas, uma medida dessa natureza contribuiria para combater as desigualdades não somente de renda, mas, também, de gênero e raça. Com efeito, o seleto grupo de 300 mil milionários, que corresponde a cerca de 0,2% da população, é majoritariamente integrado por homens brancos.

As desigualdades raciais e de gênero são tão brutais no país que as pessoas negras, embora representem 54% dos adultos, totalizam 70% do décimo mais pobre da população - ou seja, dos 10% da população com menores rendimentos, de acordo com estimativas do Made/USP. Por outro lado, no topo 1% da renda, essa participação é reduzida para 19,5%, enquanto os homens brancos, por exemplo, representam 57% desse segmento, uma proporção que se eleva para 83% quando nos restringimos aos 0,1% mais ricos. Assim, como destaca o Made/USP, o 1% dos homens brancos ricos recebem mais que todas as mulheres negras do Brasil.

Para que um imposto mínimo sobre a renda dos super-ricos possa ser implementado no Brasil e no mundo, é preciso que os países cooperem entre si para combater a evasão de recursos que resultaria de medidas dessa natureza. Daí a importância de os países do G20 apoiarem a construção e a implementação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITCC, na sua sigla em inglês).

Trata-se de mecanismo indispensável para o intercâmbio de informações tributárias entre países para combater a sonegação de **impostos** e enfrentar os paraísos fiscais, entre outras ações.

Site:
https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6652/18-11-2024.html?all=1

"Solitários" no bolsa família

THAÍS BARCELLOS (Colaborou Carolina Nalin)

UNIPESSOAIS ACENDEM ALERTA

Na mira do pente-fino do governo no Bolsa Família, o número de pessoas que moram sozinhas e recebem o benefício -as chamadas famílias unipessoais -está acima do patamar considerado razoável pelo governo em quase dois terços dos municípios do país. Na avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), uma parcela superior a 16% das famílias cadastradas como unipessoais pode indicar eventuais fraudes ou erros no cadastro, com base em dados de pesquisas do IBGE.

Uma nova auditoria no Bolsa Família deve ser anunciada junto com o pacote de contenção de gastos públicos que vem sendo gestado pelo Executivo. O objetivo é retirar quem está recebendo o auxílio indevidamente para abrir espaço a quem de fato precisa.

O percentual de famílias unipessoais no programa aumentou muito no governo de Jair Bolsonaro, quando o valor do benefício não variava, não importando o número de pessoas na família. O número saiu de 2,2 milhões no fim de 2021 para 5,8 milhões um ano depois. Hoje, são 4,057 milhões de famílias unipessoais no Bolsa Família, ou 19,58%, contra 23,37% em setembro de 2023. Mas o número varia por localidade, e há cidades onde quase 60% dos beneficiários são famílias unipessoais.

Em muitos casos identificados pelo governo, casais que vivem juntos há anos declaram morar sozinhos, o que possibilita receberem dois benefícios, por exemplo. O programa, contudo, prevê o auxílio por família, que deve ter renda de até R$ 218 por pessoa para se enquadrar nos critérios de admissão.

3.584 CIDADES FORA DO TETO

Uma das táticas adotadas pelo governo para regularizar a situação foi definir, em agosto de 2023, o limite de 16% de famílias unipessoais em relação ao total de beneficiários do programa em todos os municípios. A partir do percentual, os municípios não podem mais cadastrar famílias desse grupo para ter acesso ao Bolsa Família, a não ser que os beneficiários tenham atualizado cadastros por meio de visitas domiciliares de agentes públicos.

A intenção é usar a média nacional como alerta para suspeitas de fraudes e forçar os municípios a revisar informações no Cadastro Único, além de verificar in loco se as famílias inscritas como unipessoais são de pessoas que moram sozinhas. Um ano depois, 3.584 cidades têm esse percentual ou mais, segundo dados do MDS de setembro, o equivalente a 64% das prefeituras brasileiras.

Esse número era de 3.714 em setembro de 2023, primeiro dado disponível, e chegou a cair a 2.894 (50%) em janeiro deste ano, mas desde maio vem subindo de forma ininterrupta. O teto definido pelo ministério se baseia na média da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de 2022, realizada pelo IBGE. No mês passado, foi divulgado o dado de lares com uma única pessoa do Censo de 2022, indicando percentual médio de 18,9% no Brasil.

Segundo a secretária nacional de Renda de Cidadania do MDS, Eliane Aquino, em breve haverá um ajuste na trava. Neste momento, a equipe está fazendo um estudo por estado para chegar a um número mais adequado, mas o resultado não deve ser muito distante do dado do Censo.

-Temos um número grande de municípios que, dentro do Cadastro Único, têm, por exemplo, 40% de (beneficiários) unipessoais, o que não dialoga com a realidade nacional -diz Eliane. -Tem que começar a fazer visita domiciliar para ver se realmente são famílias unipessoais.

Mesmo com a proporção mais elevada, de 18,9%, a situação é preocupante. O maior percentual é o da cidade de Pau Brasil (BA), onde quase 60% dos beneficiários declaram morar sozinhos (59,15%), seguida de Terra Nova (BA), com 50,02%, e Regeneração (PI), com 49,32%.

Entre as capitais, 16 estão acima de 19%: pela ordem, Rio de Janeiro, Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Florianópolis, Fortaleza, Salvador, Natal, Porto Alegre, Recife, Maceió, João Pessoa, Vitória, Curitiba, São Paulo e Teresina.

Levantamento do GLOBO aponta que em 14 capitais o percentual das famílias unipessoais no cadastro do programa social é maior do que a média, para aquele município, de lares com um morador encontrada pelo Censo de 2022.

A maior discrepância ocorre em Belém, capital paraense, que tem 25,22% de beneficiários

cadastrados como unipessoais. O Censo diz que os lares habitados por apenas uma pessoa na cidade, cadastrados ou não no Bolsa Família, são 15,68% do total. Em Fortaleza (24,77% de famílias unipessoais) e em Aracaju (26,02%), o descolamento é grande, de sete pontos percentuais.

Como mostrou O GLOBO em setembro, o governo suspeita que cerca de 500 mil pessoas entre 18 e 49 anos recebam o beneficio de forma irregular. A previsão de economia anualizada é de R$ 4 bilhões.

-O presidente Lula determinou que não quer tolerância com fraude. Ou seja, vamos prosseguir no combate à fraude -disse o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, em entrevista ontem, no encontro do G20.

Dias reforçou o compromisso de tirar o Brasil do Mapa da Fome da ONU até 2026, uma meta do governo. O ministro tem batido na tecla que o pente-fino para combater fraudes e irregularidades será a contribuição da pasta ao pacote de corte de gastos. O ministro destacou que equilíbrio fiscal é fundamental, especialmente para a população de baixa renda, pois contribui para controle da **inflação**, redução de juros e aumento da capacidade de investimento do governo.

Dias afirmou que não haverá corte no Bolsa Família e nas ações de segurança alimentar. O ministro prevê que a pasta economizará R$ 2 bilhões em 2025 por meio da detecção de fraudes no Bolsa Família e no Beneficio de Prestação Continuada (BPC).

Segundo a secretária nacional de Renda e Cidadania, muitos municípios têm ido a campo averiguar dados e conseguido reduzir a fatia de unipessoais. Mas reconhece que há oscilações ao longo do tempo, considerando que, após o pente-fino, as gestões podem voltar a cadastrar unipessoais: -Os municípios precisam olhar para os seus cadastros, para que seja um retrato fiel das pessoas que são vulneráveis no país, que precisam estar dentro do Bolsa Família.

Ana Maria Nogales, demógrafa e estatística do Centro de Estudos Avançados e Multi-disciplinares do Departamento de Estatística da UnB, afirma ser salutar que o governo faça fiscalização com base em dados. Mas avalia que a escolha de um percentual de alerta para fraudes deve ser pautado em estudo mais aprofiandado do padrão de famílias unipessoais, segundo, por exemplo, a localização geográfica e indicadores econômicos e sociais de cada município ou região.

A especialista diz que o percentual de pessoas que moram sozinhas aumentou não só em geral, mas em faixas de renda mais baixas. Segundo ela, os arranjos familiares e o conceito de família no país passam por uma grande mudança, inclusive com famílias que podem residirem mais de uma unidade habitacional: -Em geral, lares unipessoais ocorrem em áreas de mais alta renda, mas estamos vendo crescimento de unipessoais nos domicílios de baixa renda.

HERANÇA DA PANDEMIA

As gestões municipais argumentam que o aumento da fatia de famílias unipessoais é uma herança da pandemia de Covid-19 e do auxílio emergencial pago na época, mas que seguem as regras de fiscalização do ministério para aprimorar o Cadastro Único.

A prefeitura de Fortaleza afirma, em nota, que fez 1.916 visitas domiciliares para averiguação e atualização de dados de famílias unipessoais beneficiárias do Bolsa Família de janeiro a setembro. A prefeitura do Rio afirmou que continua a receber cadastros das famílias unipessoais, mas isso não significa que todos receberão o benefício. Já a prefeitura de Belo Horizonte destacou que, desde o início do pente-fino, houve redução do percentual de famílias unipessoais de 29,14% em agosto de 2023 para 25,09% em setembro deste ano. A fatia chegou a 24,44% em junho, mas voltou a subir nos últimos três meses.

"Temos um número grande de municípios que, dentro do Cadastro Único, têm, por exemplo, 40% de (beneficiários) unipessoais, o que não dialoga com a realidade nacional Eliane Aquino, secretária nacional de Renda e Cidadania

"Em geral, lares unipessoais ocorrem em áreas de mais alta renda, mas estamos vendo crescimento de unipessoais nos domicílios de baixa renda" Ana Maria Nogales, demógrafa e estatística do Departamento de Estatística da UnB

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Governo muda projeções e já vê inflação perto do teto da meta

BERNARDO LIMA ETHAÍSBARCELLOS

0governo aumentou a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano de 3,2% para 3,3%, divulgou ontem o Ministério da Fazenda. A previsão de **inflação** também foi revisada para cima, de 4,25%, para 4,4%, muito perto do teto da meta, de 4,5%.

A mudança na projeção do **PIB** foi feita após revisões em estimativas de crescimento para o setor agropecuário e de serviços. Para o setor agropecuário, a variação foi revisada de -1,9% para -1,7% neste ano. A mudança foi puxada principalmente pela colheita de algodão e produtos da agropecuária. A avaliação do Boletim Macrofiscal indica que o setor deve voltar a crescer em 2025.

Ontem, o Banco Central (BC) também divulgou o Boletim Focus, que traz as estimativas de crescimento do **PIB** e do IPCA feitas por analistas do mercado financeiro.

A projeção de **inflação** subiu de 4,62% para 4,64%, fora do teto da meta (4,5%). Para o crescimento do **PIB** em 2024, a projeção do mercado permaneceu estável em 3,10%. Altas recentes de preços provocaram revisões para cima da **inflação**. O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses subiu de 4,24% em agosto para 4,76% em outubro. O maior aumento da **inflação** no período aconteceu no item alimentação no domicílio. Houve alta significativa nos preços de carnes, leite, derivados e café.

Isso levou o Ministério da Fazenda a também elevar sua estimativa de **inflação**, de 3,40% para 3,60%.

Com base nas novas projeções do governo, o salário mínimo deve chegar a R$ 1.521 em 2025, se mantida a regra atual de reajuste (a fórmula é a soma da **inflação** medida pelo INPC mais a variação do **PIB** de dois anos antes). Atualmente, o mínimo é de R$ 1.412.

Na apresentação do Orçamento do ano que vem, o governo inicialmente previu que o mínimo chegaria a R$ 1.509 em 2025, mas considerou que o INPC seria de 3,82% até novembro. A Fazenda atualizou essa projeção para 4,66%.

No ano passado, o governo Lula retomou a política de reajustes acima da **inflação** para o piso nacional, que atualmente prevê anualmente, além da recuperação do poder de compra, um ganho real referente à variação do **PIB** de dois anos antes. Em 2023, houve crescimento de 2,9%.

NO PACOTE, GANHO MENOR

A regra, contudo, é alvo do pacote de contenção de gastos obrigatórios que vem sendo discutido pelo governo. Uma das medidas em estudo é limitar o crescimento real do mínimo ao mesmo teto do limite de gastos do arcabouço fiscal, de 2,5%. Dessa forma, o ganho real cairia, no ano que vem, para 2,5%. Assim, uma subida de R$ 6 a menos.

O salário mínimo é referência para uma série de despesas federais.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Brasil lança Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

0presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem oficialmente, na Cúpula do G20, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, principal iniciativa da presidência brasileira à frente do fórum global, que já conta com a adesão de mais de 80 países. Em seu discurso de abertura do encontro de chefes de Estado, o presidente agradeceu a "generosidade" dos líderes presentes, que transformaram "o Rio de Janeiro na capital do mundo". A Argentina, que inicialmente não integrava o grupo, decidiu aderir a iniciativa após o anúncio.

- A Aliança nasce no G20, mas seu destino é global. Que esta cúpula seja marcada pela coragem de agir. Por isso quero declarar oficialmente lançada a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza -disse o presidente Lula. - É muito importante o que vamos discutir aqui, e eu tenho certeza que, se nós assumirmos a responsabilidade por esses assuntos da fome e da pobreza, poderemos ter sucesso em pouco tempo.

Com a Argentina, a iniciativa conta com a adesão de 148 membros fundadores, incluindo 82 países, a União Africana, a União Européia, 24 organizações internacionais, nove instituições financeiras internacionais e 31 organizações filantrópicas e não governamentais.

No lançamento da iniciativa, o presidente brasileiro descreveu a capital fluminense, "que é conhecida como Cidade Maravilhosa", como a "síntese dos contrastes que caracterizam o Brasil, a América Latina e o mundo":

- De um lado, a beleza exuberante da natureza sob os braços abertos do Cristo Redentor, um povo diverso, vibrante, criativo e acolhedor. De outro, injustiças sociais profundas. O retrato vivo de desigualdades históricas e persistentes.

INADIÁVEL TAREFA"

Segundo relatório recente da FAO, cerca de 733 milhões de pessoas passaram fome no mundo em 2023.0 contingente equivale às populações de Brasil, México, Alemanha, Reino Unido, África do Sul e Canadá juntos, destacou Lula.

-São mulheres, homens e crianças, cujo direito à vida e à educação, ao desenvolvimento e à alimentação são diariamente violados -acrescentou Lula. - Em um mundo no qual os gastos militares chegam a US$2,4 trilhões, isso é inaceitável.

De acordo com o presidente brasileiro, o G20 representa 85% dos US$ 110 trilhões do **PIB** mundial e responde por 75% dos

US$ 32 trilhões do comércio de bem de serviço, além de dois terços dos 8 bilhões de habitantes do planeta Terra.

- Compete aos que estão aqui, em volta desta mesa, a inadiável tarefa de acabar com essa chaga que envergonha a humanidade. Por isso, colocamos como objetivo central da presidência brasileira no G20 o lançamento de uma aliança global contra a fome e a pobreza. Este será o nosso maior legado. Não se trata apenas de fazer justiça. Esta é uma condição imprescindível para construir uma sociedade mais próspera e um mundo de paz.

POSIÇÃO DA ARGENTINA

Inicialmente, a Argentina era o único país membro do G20 que não iria aderir à aliança -o governo brasileiro já sabia desde o início da semana passada que o governo de Javier Milei, um admirador de Donald Trump, podería não apoiar as principais bandeiras da presidência brasileira no bloco. Mas, de última hora, o país anunciou sua adesão após não constar em uma primeira lista não oficial.

Após a confirmação da incorporação da Argentina à aliança, um negociador argentino explicou a mudança de posição:

- Áderimos com nossos próprios princípios e fundamentos sobre macroeconomia estável, condições de investimento e geração de emprego.

A Argentina tem sua própria versão para explicar por que o presidente argentino decidiu apoiar a principal proposta de Lula na cúpula do Rio. Houve, em palavras dos argentinos, "um esforço para encontrar a criatividade que era necessária para contar com a adesão da Argentina". Ou seja, o relato da Casa Rosada é de que suas demandas foram aceitas, priorizando a adesão de um país vizinho e de peso na região. Outra fonte do governo de Milei disse que "a

aliança é flexível, e cada país poderá escolher sua forma de adesão".

O ministro do Desenvolvimento Social da Argentina, Wellington Dias ponderou que o posicionamento de Milei, com soluções orientadas pelo mercado, está contemplado em propostas do G20 que envolvem qualificação, emprego e empreendedorismo. No entanto, enfatizou que o presidente ultra-liberal reconheceu o aumento dos níveis de pobreza no país:

-Ele próprio reconheceu que a Argentina é um país que lá atrás tinha um dos níveis de pobreza mais baixos e agora ultrapassou 50% [da população] em situação de pobreza. Acho que a não-saída da primeira relação foi tão somente porque tinha um processo de diálogo em andamento.

Frieza na foto de Lula e Milei

0 encontro na Cúpula de Líderes do G20 não era a primeira vez que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva eo presidente da Argentina. Javier Milei, ficavam cara a cara. Mas conforme Lula cumprimentava os chefes de Estado que chegavam no

Museu de Arte Moderna, crescia a expectativa para o que se tornaria a primeira foto entre os dois desde que o argentino assumiu a Casa Rosada, em dezembro passado.

Quando o momento chegou, o contraste ficou evidente. Enquanto todos foram recebidos com um sorriso, o cumprimento a Milei durou apenas 15 segundos, transparecen-

do o desconforto que dominou a relação entre os vizinhos no último ano.

A frieza era esperada, num contexto no qual o presidente argentino se opôs às principais propostas da presidência brasileira do G20. A solução para convencer Milei a assinar a declaração final foi permitir que ele fizesse suas ressalvas ao microfone. Assim, o documento

foi aprovado, na prática, sem objeções. As ponderações do argentino foram anotadas, mas não constam na versão final.

Além disso, a Argentina, que inicialmente não estava na lista de participantes da Aliança contra a Fome e a Pobreza, decidiu aderir de última hora à iniciativa que deve ser a principal marca da presidência do Brasil no G20.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

G20: Aliança contra a fome tem adesão de 82 países

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou oficialmente, ontem (18), a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza na Cúpula do G20, principal iniciativa da Presidência brasileira à frente do fórum global, que já conta com a adesão de mais de 80 países. Em seu discurso de abertura da cúpula de chefes de Estado, o presidente agradeceu a "generosidade" dos líderes presentes, que transformarão "o Rio de Janeiro na capital do mundo" nestes dois dias cúpula.

"A Aliança nasce no G20, mas seu destino é global. Que esta cúpula seja marcada pela coragem de agir. É muito importante o que vamos discutir aqui, e eu tenho certeza que, se nós assumirmos a responsabilidade por esses assuntos da fome e da pobreza, poderemos ter sucesso em pouco tempo", disse o presidente.

A iniciativa conta com a adesão de 148 membros fundadores, incluindo 82 países, a União Africana, a União Europeia, 24 organizações internacionais, nove instituições financeiras internacionais e 31 organizações filantrópicas e não governamentais. Ao todo, nove instituições financeiras aderiram à aliança. Só o BID (Banco Intera-mericano de Desenvolvimento), anunciou um aporte de US$ 25 bilhões (R$ 146 bilhões)

FAO

Segundo relatório recente da FAO, cerca de 733 milhões de pessoas passaram fome no mundo em 2023. "São mulheres, homens e crianças, cujo direito à vida e à educação, ao desenvolvimento e à alimentação são diariamente violados. Em um mundo no qual os gastos militares chegam a US$ 2,4 bilhões, isso é inaceitável", enfatizou. De acordo com o líder brasileiro, o G20 representa 85% dos US$ 110 trilhões do **PIB** mundial e responde por 75% dos US$ 32 trilhões do comércio de bem de serviço, além de dois terços dos 8 bilhões de habitantes do planeta Terra.

Argentina

Inicialmente, a Argentina era o único país membro do G20 que não iria aderir à aliança. O Planalto já sabia que Javier Milei, um admirador de Donald Trump, poderia não apoiar as principais bandeiras da Presidência brasileira no bloco. Mas, de última hora, o país anunciou sua adesão após não constar em uma primeira lista não oficial.

Site:
https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/zpoe/#p=1

Taxação dos super-ricos é aprovada em declaração de líderes do G20

Reunidos no Rio de Janeiro, os chefes de Estado e de governo do G20, principal fórum de cooperação econômica internacional, aprovaram uma proposta de tributação progressiva, que inclui uma menção direta à taxação efetiva dos indivíduos considerados super-ricos. O texto aparece na carta final da cúpula, divulgada na tarde dessa segunda-feira, 18, primeiro dia do encontro anual.

"Com total respeito à soberania tributária, nós procuraremos nos envolver cooperativamente para garantir que indivíduos de patrimônio líquido ultra-alto sejam efetivamente tributados. A cooperação poderia envolver o intercâmbio de melhores práticas, o incentivo a debates em torno de princípios fiscais e a elaboração de mecanismos antievasão, incluindo a abordagem de práticas fiscais potencialmente prejudiciais. Nós estamos ansiosos para continuar a discutir essas questões no G20 e em outros fóruns relevantes, contando com as contribuições técnicas de organizações internacionais relevantes, universidades e especialistas", diz o documento, cujo conteúdo final foi aprovado por consenso.

Havia a expectativa de que pontos que estavam acordados pudessem sofrer resistência da Argentina, presidida pelo ultraliberal Javier Milei, que se opõe a esse tipo de política. Essa indicação da taxação dos super-ricos, no entanto, já havia sido consensuada na Declaração Ministerial do G20 do Rio de Janeiro sobre Cooperação Tributária Internacional, realizada anteriormente, e mediada pelo governo brasileiro. Este acordo foi mantido na versão final di- vulgada, sem ressalvas. Estimativas do Ministério da Fazenda apontam que uma taxação de 2% sobre o patrimônio de indivíduos super-ricos poderia gerar US$ 250 bilhões por ano para serem investidos no combate à desigualdade e ao financiamento da transição ecológica. Esse grupo de super-ricos soma cerca de 3 mil pessoas que, juntas, detêm patrimônio de cerca de US$ 15 trilhões, maior que o Produto Interno Bruto (**PIB**) da maioria dos países. O texto do G20, no entanto, não propõe uma alíquota específica.

Fazenda melhora projeção do PIB e piora a da inflação

Gabriela Pereira, Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta De Brasília

O Ministério da Fazenda elevou de 3,2% para 3,3% sua estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) este ano. Por outro lado, a projeção para a **inflação** oficial, medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), também subiu em 2024, saindo de 4,25% para 4,4%. Para 2025, a estimativa ficou em 3,6%.

As projeções de **inflação**, divulgadas ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE) da Fazenda, estão no teto da meta estabelecida pelo Banco Central (BC), que prevê **inflação** de 3% com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Segundo técnicos da SPE, a **inflação** ainda estará dentro da meta em dezembro devido à possível adoção da bandeira tarifária verde na conta de luz em breve pela Aneel, o que pode resultar numa redução de 0,17 ponto percentual na **inflação**.

Além disso, de acordo com a pasta, o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deve ficar em 4,4% neste ano (4,1 % em setembro). Para 2025, a projeção é 3,4% (ante 3,2%). Já o índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getulio Vargas (FGV), deve fechar o ano em 6,4%, contra projeção de 3,8% estimada anteriormente. Para o próximo ano, a projeção é 4% (3,8%).

Sobre o **PIB**, a projeção é superior à que a própria Fazenda estimativa no início do ano, quando considerava que a economia brasileira crescería 2,2% em 2024. Para 2025, o crescimento permanece previsto em 2,5%.

O secretário de Política Econômica da Fazenda, Guilherme Mello, afirmou que as expectativas de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) no Brasil e de **inflação** devem manter uma tendência crescente, mas que, apesar de algumas pressões pontuais, a **inflação** no país está sob controle.

Ele explicou que o aumento do IPCA é decorrente de choques climáticos e do impacto da depreciação cambial que atingem o Brasil e toda a América Latina e que podem comprometer o ciclo de flexibilização monetária no continente. "No caso brasileiro, a gente já observa uma reversão do ciclo de queda e uma projeção do mercado de aumento da taxa de juros nas próximas reuniões do Copom", disse o secretário.

Mello destacou também que, no cenário externo, o balanço de riscos está mais adverso diante das incertezas e que existe risco de protecionismo comercial no caso americano, o que aumenta os riscos inflacionários tanto nos Estados Unidos, quanto no resto do mundo.

O secretário avaliou, ainda, que não é possível ter clareza se o recém-eleito presidente nos EUA, Donald Trump, vai aplicar as políticas públicas na forma que colocou na campanha. Portanto, argumentou, não é possível antecipar a reação dos países nem da própria economia americana a isso.

Interpelado sobre o ambiente fiscal interno, Mello repetiu que a equipe econômica tem trabalhado para elaborar medidas que compatibilizem o ritmo de crescimento das despesas individuais com o ritmo geral de crescimento da despesa. O secretário não especificou, no entanto, quais são as medidas discutidas.

"O ritmo das despesas individuais não pode ser muito diferente das gerais, uma vez que se algumas rubricas estiverem crescendo muito acima dos limites, outras terão de crescer abaixo", se limitou a dizer o secretário, que tem participado das reuniões.

Ele considerou também que, com a implementação das medidas, o ritmo de crescimento do gasto deve estabilizar e até reduzir a despesa em proporção do **PIB** nos próximos anos, colaborando para a obtenção dos resultados primários. "Queremos garantir que esse regramento fiscal tenha vida longa", destacou.

O crescimento do gasto público está limitado pelas regras fiscais, defendeu Mello. "As receitas sempre crescerão mais do que as despesas, o que ao longo do tempo nos possibilita reduzir o déficit primário, até zerá-lo, como a gente chegará mais perto neste ano", projetou o secretário.

Apesar de algumas pressões pontuais, a **inflação** no país está sob controle Guilherme Mello

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188045?page=1
&section=1

Fazenda eleva projeção de crescimento do PIB em 2024 para 3,3%

FOLHA DE S. PAULO

O Ministério da Fazenda elevou sua projeção de crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2024, de 3,2% para 3,3%, devido a um desempenho melhor da economia no terceiro trimestre do ano.

As estimativas para a **inflação** no ano também ficaram maiores.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), indicador oficial do país, deve ter alta de 4,40%, afetado pelo câmbio e pelo clima. Antes, a previsão era variação de 4,25%. Os novos números foram divulgados nesta segunda-feira (18) pela SPE (Secretaria de Política Econômica).

O desempenho esperado para o **PIB** em 2024 é bem superior ao que era projetado no início do ano, quando a estimativa do governo era um crescimento de 2,2%. A projeção mais recente, por sua vez, havia sido divulgada em setembro e já indicava uma expansão maior da atividade econômica.

Em termos setoriais, o órgão prevê uma queda menor no **PIB** agropecuário, com revisão da projeção de -1,9% em setembro para - 1,7% no boletim de novembro. Já o setor de serviços deve ter expansão levemente maior (3,3% para 3,4%). O desempenho do **PIB** da indústria foi mantido em 3,5%. Em entrevista coletiva, o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, disse que a projeção para o **PIB** de 2024 tem "viés de alta". Segundo ele, após o fechamento da nova grade de parâmetros, novos dados da atividade de serviços divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontaram um cenário ainda mais favorável.

"Isso pode indicar que a nossa projeção está um pouco defasada", disse Mello. Mesmo assim, ele ressaltou que se trata de um viés, que pode ou não se confirmar.

Site: https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6385

Impacto da jornada menor tem de ser estudado, diz secretário

Lu Aiko Otta, Gabriela Pereira e Guilherme Pimenta De Brasília

Em meio às discussões sobre a redução da escala de trabalho 6x1, o Ministério da Fazenda publicou um boxe no Boletim Macrofiscal divulgado nesta segunda-feira que traz evidências sobre o crescimento da produtividade na economia e no mercado de trabalho. Nos debates sobre o tema, esses fatores são citados com frequência.

O boxe não trata especificamente de jornada de trabalho. Seu propósito é trazer evidências sobre por que o mercado de trabalho aquecido não tem pressionado a **inflação** da forma como ocorria no passado. Uma das hipóteses levantadas para explicar esse fenômeno é justamente o aumento da produtividade.

Questionado sobre o impacto desses achados no debate sobre a redução da escala 6x1, o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, afirmou que ganhos de produtividade facilitam o processo. "Tornam menos impactante a redução das horas trabalhadas."

Os impactos econômicos de uma eventual redução de jornada, porém, necessitam de mais estudos, disse o secretário. "A própria evidência acadêmica que se produziu é mista, não é conclusiva", disse. "Qualquer pessoa que vier a colocar certezas graníticas sobre o que vai acontecer com eventual mudança, acho que estará vendendo uma crença, não um fato." Embora o aumento na produtividade torne o processo mais "tranquilo" em termos de impacto econômico, esse não é um elemento simples de aferir, acrescentou.

A redução da jornada de trabalho ganhou as redes sociais e está em discussão no Congresso Nacional, por iniciativa da deputada Erika Hilton (Psol-SP), que apresentou Proposta de Emenda à Constituição (PEC) a respeito.

Um ponto de resistência à mudança é o aumento de custo que pode acarretar às empresas. Entre os críticos, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou na semana passada que a ideia é prejudicial ao trabalhador, pois aumenta o custo do trabalho e a informalidade e reduz a produtividade.

O boxe relaciona o comportamento do mercado de trabalho com a **inflação** de serviços. Os números mostram que a relação vista de 2013 a fevereiro de 2020 era uma, e a observada desde então é outra. "A **inflação** de serviços subjacentes e sensíveis à ociosidade tem se situado em patamar inferior ao que seria esperado com esse nível de aperto do mercado de trabalho", diz. "A menor elasticidade de métricas de **inflação** de serviços ao aperto no mercado de trabalho pode estar associada a ganhos de produtividade, que possibilitariam compensar elevações salariais decorrentes do aquecimento no mercado de trabalho." Além disso, a maior oferta de empregos ajuda a tomar o mercado de trabalho mais produtivo, aponta o trabalho. Isso ocorre porque as pessoas podem optar por empregos que paguem mais ou que estejam mais relacionados com sua área de especialidade.

Existem ainda evidências que o emprego aumentou mais nas faixas mais escolarizadas. De 2019 até o segundo trimesrte de 2024, a população ocupada com ensino superior aumentou 19,5%, enquanto a com nível médio avançou 13,4%. Já a população ocupada com nível básico ou sem instrução, recuou 12%.

Porém, os trabalhadores com nível superior estão com o rendimento 3,3% menor, enquanto aqueles com nível médio tiveram aumento de 0,5%, e os com nível básico, 5,1%.

"Tanto o aumento da produtividade derivado da maior escolaridade da população ocupada como a menor expansão do rendimento para essa classe de trabalhadores, devido à maior disponibilidade de mão de obra, ajudam a explicar a ausência de pressões inflacionárias mais significativas dado o grau de aperto no mercado de trabalho."

O boxe mostra ainda que foi baixo o retorno ao trabalho no pós-pandemia da população de 14 a 17 anos, principalmente entre negros, pardos e indígenas. "Esse fenômeno pode ser associado à decisão de finalizar o ensino médio, possibilitada, entre outros fatores, pelas políticas de transferência de renda condicionadas à matrícula e à frequência escolar." De 2019 a 2023 houve aumento de 2,8% no total de alunos matriculados no ensino médio, aponta.

Também houve baixo retorno ao trabalho das mulheres de 25 a 59 anos. O principal motivo apontado é a necessidade de cuidar de filhos ou

idosos em casa.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188045?page=1
&section=1

Ajuste passa por regra do mínimo, dizem especialistas

Anais Fernandes De São Paulo

Mudanças nas regras que atrelam despesas com saúde e educação às receitas e na fórmula atual de reajuste do salário mínimo são vistas como fundamentais por economistas no pacote de ajuste fiscal que o governo deve apresentar nos próximos dias.

"Se é preciso que as despesas sejam 70% da receita [no novo arcabouço fiscal] e há duas coisas grandes [saúde e educação] que crescem com a receita, outras terão de crescer muito menos", afirmou Joaquim Levy, diretor de estratégia econômica e relações com mercado do Safra e ex-ministro da Fazenda em evento da Warren Investimentos ontem em São Paulo.

No geral, disse Levy, essas desindexações não significam cortar despesas, mas as despesas crescerem um pouco menos, "com vontade, um ponto percentual menos", afirmou.

A regra para reajuste real do salário mínimo, atualmente atrelada ao **PIB**, também "impacta na margem a Previdência", disse Levy. Por isso, afirmou, alguma sinalização de mudança nessa formulação também seria um avanço, na sua avaliação.

Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander Brasil e ex-secretária do Tesouro Nacional, explicou que, por entendimento legal, não é possível desvincular o pagamento de pensões, por exemplo, do salário mínimo no Brasil. "A questão é modular o crescimento do salário mínimo e olhar para despesas assistenciais que não precisariam ter essa vinculação, além de tomar cuidado com os critérios de elegibilidade a esses benefícios", afirmou também durante o debate.

"Nossa expectativa é que isso será enfrentado", afirmou Vescovi, acrescentando que o movimento é necessário para viabilizar o cumprimento da principal regra do arcabouço fiscal, que é, segundo ela, o limite de crescimento das despesas em 2,5%.

Levy acrescentou ainda que é importante envolver "outros atores" no ajuste, "para não ficar só nas despesas sociais", afirmou. "Vamos ver o que os militares estão dispostos a fazer, o que o Congresso está", disse. "É uma discussão ampla."

O ex-ministro lembrou que, na época do ajuste que Dilma Rousseff tentou promover em seu segundo mandato presidencial, parte significativa podería ser feita via despesas discricionárias (não obrigatórias). "Não temos esse "luxo" hoje em dia, porque as coisas [despesas] que surgiram mais recentemente são muito mais permanentes", afirmou. "Vai ter de atravessar com calma."

A reforma da Previdência, aprovada em 2019, foi boa, segundo Vescovi, mas o Orçamento voltou a ficar tomado por despesas obrigatórias. Com isso, disse, o país fica "muito refém" de medidas "muito duras e difíceis" para promover os ajustes fiscais necessários. "Precisaria fazer reformas muito grandes para mudar o jogo da política fiscal."

É por isso que Vescovi defende que as autoridades precisam "ousar mais" na discussão, incluindo uma visão de ajuste fiscal mais estrutural. "Isso está deixando a gente nas cordas há mais de dez anos", afirmou. "E, em um ambiente que pode ser menos favorável ou até desfavorável para emergentes como o Brasil, traz uma preocupação adicional", disse Vescovi, em referência às perspectivas globais após a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. "Se a gente não for ambicioso, inclusive no diálogo político, a gente vai demorar mais do que poderia, e isso afeta a vida das pessoas", afirmou.

O tema da dominância fiscal, que envolve a perda de eficácia da política monetária, pode até ser algo mais teórico, mas a deterioração está chegando à vida das pessoas, afirmou Vescovi ao citar que a **inflação** da alimentação no domicílio, por exemplo, deve ficar na casa de 8%. "Não é uma coisa teórica que está acontecendo nos mercados", disse.

Para ela, é necessário "certo senso de urgência" com o ajuste para prevenir que essa deterioração chegue, por exemplo, às empresas. "Agora é o momento de a gente poder frear esse processo de deterioração e impedir que essa perda de confiança nos mercados chegue à economia real", afirmou. "Quando falo em ambição, é ter um pouco essa percepção de proteger a economia brasileira de eventos externos e de proteger os cidadãos desses eventos macroeconômicos que, no fim das contas, acabam chegando mais aos mais pobres", disse Vescovi.

Levy afirmou que o desafio fiscal "é real, tem de se prestar atenção, não se pode ser complacente", mas ponderou não acreditar que o país esteja em uma situação em que o governo não tenha mais controle do quadro fiscal.

"O fiscal não vai ser brilhante", afirmou. "Mas não há nenhuma indicação de que vá perder o controle do fiscal no ano que vem", disse. O déficit nominal brasileiro, que inclui as despesas com pagamento de juros, está em "um nível que não é habitual, mas isso, provavelmente, é algo mais transitório", acrescentou Levy.

Na avaliação de Felipe Salto, economista-chefe da Warren, também há exagero na precificação de mercado ao indicar, por exemplo, um juro real de 10%. "Falta comunicação e esses desencontros - que acontecem, muitas vezes, entre membros do próprio governo - acabam gerando turbulência", disse.

Ainda que, para Salto, o pacote do governo não vá "salvar a lavoura", ele disse que sua aposta é que o resultado do que deverá ser apresentado será bom, já que o governo sabe, segundo o economista, que tem o controle para diminuir o estresse em algumas variáveis.

Como o receituário é conhecido, o diagnóstico é amplo e o tema já foi estudado, afirmou Salto, é preciso "escolher rapidamente essas medidas". "É possível resolver antes de a gente chegar a uma situação extremada", disse.

"É possível resolver antes de chegar a uma situação extremada"

Felipe Salto

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188045?page=1&section=1

Brasil tem maior juro da dívida pública

Assis Moreira De Genebra

O Brasil é o país que mais paga juros da dívida pública em relação ao **PIB** entre grandes economias citadas em relatório que o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, na sigla em inglês) enviou à cúpula dos líderes do G20 no Rio.

A dívida pública do Brasil alcançou 84,7% do **PIB** em 2023, e os juros pagos sobre ela representaram em torno de 6% do **PIB**. Custo de dívida pública tem a ver com seu tamanho, capacidade de geração de renda e condições macroeconômicas do país, que se refletem nas taxas de juros praticadas no país.

Entre 24 países pesquisados, a Argentina com dívida pública de 154,5% do **PIB**, quase o dobro da do Brasil, pagou de juros o equivalente a 2,4% do **PIB**. Entre desenvolvidos, o Japão tem dívida pública de 252,3% do **PIB**, mas pagava de juros o equivalente a 0,12% do **PIB**.

Conforme o IBGE, o **PIB** brasileiro no ano passado foi de R$ 10,9 trilhões. Considerando a estimativa do FBS, o custo de juros foi então de R$ 649 bilhões, soma quatro vezes maior que o orçamento anual do Bolsa Família, programa para evitar pobreza maior em boa parte da população.

O Brasil aparecia em 2022 também como o campeão entre 154 países no pagamento de juros da dívida pública em levantamento do Fundo Monetário Internacional. O custo dos juros era então equivalente a 8,03% do **PIB**, na estimativa do Fundo.

O FSB coordena globalmente o trabalho de reguladores nacionais e organismos internacionais definidores de normas e padrões para o setor financeiro e tende a se transformar progressivamente numa organização mundial para o setor financeiro.

Em carta aos líderes do G20, o presidente do FSB, Klaas Knot, que é presidente do BC da Holanda, pede a implementação "contínua, completa, coerente e em tempo útil" das reformas regulatórias no sistema financeiro.

Alerta para as atuais vulnerabilidades do sistema financeiro mundial, ilustradas por episódios recentes de turbulência nos mercados e pela falência de vários bancos e instituições não bancárias nos últimos anos. A turbulência bancária de março de 2023 sublinhou o risco atual de corridas aos bancos e a necessidade de respostas mais rápidas aos fluxos de retirada de depósitos.

A carta é acompanhada pelo Relatório Anual do FSB, que destaca que o peso cia dívida pública pode causar preocupações de sustentabilidade em alguns países.

Constata que a dívida pública atingiu níveis sem precedentes com a pandemia de covid-19, quando os países procuraram compensara desaceleração da atividade econômica com mais gastos públicos. Embora os rácios da dívida em relação ao **PIB** tenham diminuído ligeiramente desde então, a dívida mantém-se em nível elevado.

Para o FSB, as preocupações com os encargos com juros pagos pelos governos tem a ver, em parte, com o risco de políticas fiscais expansionistas contínuas e com o aumento previsto a médio prazo da dívida pública em vários países. Isso cria o potencial de os prêmios de risco subirem precipitadamente, provocando aumento acentuado dos custos da dívida pública.

Em alguns países menores e de renda baixa, que enfrentam custos de financiamento elevados, as pressões podem conduzir a picos nos diferenciais da dívida e, potencialmente, repercutir-se nos bancos com grandes exposições à dívida soberana nacional.

Observa que também a dívida do setor privado e as tensões no setor imobiliário poderão repercutir-se no sector financeiro. Os níveis de dívida e os rácios do serviço da dívida também são elevados no setor privado não financeiro. Diz que, até agora, as finanças das famílias têm siclo apoiadas pelo baixo desemprego, pelo aumento dos rendimentos nominais e pelos pacotes de apoio à pandemia. No entanto, as poupanças foram esgotadas em vários países e um maior número de detentores de hipotecas poderá ter de pagar taxas de juro mais elevadas, na medida que as hipotecas existentes com períodos temporários de taxa fixa passam para taxas variáveis. Diz já existir sinais de stress entre os mutuários mais vulneráveis, em particular no pagamento de empréstimos para automóveis, cartões de crédito e outros empréstimos pessoais.

No setor corporativo, o FSB constata que muitas grandes empresas têm elevados saldos de tesouraria, o que deverá ajudá-las a suportar custos de financiamento mais elevados e a pagar parte dos seus encargos com a dívida. No entanto, há empresas que

já enfrentam dificuldades de repagamento, o que se reflete no aumento de downgrade das notações de crédito e das taxas de default dos títulos de dívidas das companhias.

O setor imobiliário, em particular, continua a ser uma fonte potencial de vulnerabilidade, diz o FSB. Os preços dos imóveis comerciais já caíram em vários países e as avaliações - em especial dos edifícios de escritórios nas áreas metropolitanas - são questionadas no contexto de declínio estrutural da demanda e de reduzidos volumes de transações. Há agora uma série de países que enfrentam valorizações imobiliárias excessivas, que podem desaparecer em caso de choque econômico.

Os problemas no setor imobiliário e no repagamento da dívida poderão conduzir a perdas e a um aumento de inadimplência nos bancos. Poderá haver também repercussão nos fundos de investimento, que poderão enfrentar perdas de avaliação a preços de mercado, que, por sua vez, poderão desencadear resgates e resultar em vendas forçadas de ativos. Os fundos de crédito privado poderão também sofrer perdas com impacto em outras áreas dos mercados de rendimento fixo ou em outras instituições financeiras. No entanto, a opacidade destes fundos torna difícil avaliar as suas vulnerabilidades, diz o FSB.

O relatório destaca também que alterações imprevistas nas expectativas quanto às taxas básicas de juros ou tensões geopolíticas podem conduzir a uma maior turbulência nos fluxos de capitais e nas taxas de câmbio. Uma maior volatilidade das taxas de câmbio poderia, por seu turno, induzir depósitos adicionais ("margin calls") para os participantes no mercado e levar a um aumento da demanda de liquidez por parte das instituições financeiras.

A carta do presidente do FSB reitera a importância de uma aplicação efetiva das políticas da instituição, salientando que as autoridades devem não só incluir as políticas nas leis e regulamentos nacionais, mas também desenvolver a capacidade de operacionalização.

Assinala o potencial da digitalização para aumentar a eficiência no setor financeiro, incluindo em novas infraestruturas e acordos de pagamento, que prometem melhorar a eficiência e a experiência do utilizador. Também analisou as implicações para a estabilidade financeira decorrentes da utilização da inteligência artificial (IA) no sistema financeiro. Também a exposição global a riscos financeiros relacionados com o clima torna-se mais evidente.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188045?page=1
&section=1

Para Campos, realidade fiscal não é "desastre iminente"

Rita Azevedo, Ruan Amorim* e Jessica Alexandra* De São Paulo

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse que não vê a realidade fiscal do país como um "desastre iminente" e que há a possibilidade de fazer correções de rota, sendo essas correções "muito mais através da parte de gasto do que de receita".

"O mercado hoje entende que, para ter esse efeito de choque positivo em termos de credibilidade, tem que ser uma coisa muito mais baseada em gastos, em corte de gastos, do que em receita", afirmou durante evento para empresários em São Paulo.

Questionado no evento sobre o que o país deveria fazer para não entrar numa rota regressiva e desmontar conquistas já feitas, o presidente do BC disse que não dá para "ficar tentando sempre achar soluções públicas para problemas privados e sim achar soluções privadas para problemas públicos." "A gente não pode cair na tentação de achar que o governo vai ser o grande salvador, que vai alocar recursos de forma mais eficiente, que vai fazer os investimentos que a economia precisa." Segundo Campos Neto, o aumento do investimento público no Brasil, em algumas ocasiões, reduziu a participação do setor privado. "Não se trata de aumentar o público, mas de como ele pode impulsionar o crescimento do privado", disse.

No evento, Campos Neto fez uma avaliação sobre o cenário brasileiro e disse que, "quando a gente pega o fiscal do Brasil na ponta, [a situação] não está diferente do resto dos países", mas que o país tem um ponto inicial pior, por causa da dívida mais alta, e tem um custo de carregamento mais alto. "Eu não acho que a realidade fiscal do Brasil é um desastre iminente. É possível fazer correções de rota", afirmou.

Sobre a atividade no país e a **inflação**, ele disse que o preço da energia "tem tido uma volatilidade de expectativa" por causa das bandeiras tarifárias, e que o setor de serviços ainda está forte. Ele apontou que as expectativas desancoraram bastante.

Campos disse ainda que "não vai ser colocando mais deveres para os empregadores que se irá garantir mais direitos para os trabalhadores" no país e reforçou que vê com preocupação o projeto de redução da escala 6X1.

No evento, ele disse que a surpresa positiva com o comportamento do desemprego no país é fruto das reformas trabalhistas. A proposta de mudança na jornada de trabalho, segundo ele, vai contra "ao que a gente produziu, que foi muito bom para o Brasil".

Ainda sobre as reformas, afirmou que "o crescimento [do país] está relacionado às reformas que foram feitas no passado", como a lei de liberdade econômica e a reforma trabalhista.

"O Brasil fez reformas durante a pandemia. A gente não pode andar para trás nas reformas que já foram feitas e nem achar que fizemos reformas suficientes."

"A gente não pode andar para trás nas reformas que já foram feitas" Roberto Campos Neto

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/188045

Mínimo pode ir a R$ 1.521, mas Planalto avalia mudança

BRASÍLIA

O salário mínimo dev e chegar a RS 1.521 em 2025, se mantida a regra atual de reajuste. A previsão considera a nova estimativa do governo para o IN PC, índice de inflacionário usado para atualizar o piso nacional. Atualmente, o mínimo é de R$ 1.412.

Na apresentação do orçamento do ano que vem, o governo inicialmente previu que o mínimo chegaria a R$ 1.509 em 2025, mas considerou que o INPC seria de 3,82% até novembro. Hoje, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, responsável pelas projeções oficiais, atualizou essa projeção para 4,66%.

O aumento de R$ 12 para o trabalhador deve gerar um impacto nas contas públicas de cerca de R$ 12 bilhões, nas contas do economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, considerando que o piso nacional é referência para o reajuste de diversos benefícios sociais e previdenciários, como a aposentadoria, o seguro-desemprego, o abono salarial e o Beneficio de Prestação Continuada (BPC).

No ano passado, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva retomou a política de reajustes acima da **inflação** para o piso nacional, que havia sido encerrada na gestão de Jair Bolsonaro. Ela prevê, anualmente, além da recuperação do poder de compra, um ganho real referente à variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes. Em 2023, houve crescimento de 2,9%.

Essa regra, contudo, é alvo do pacote de contenção de gastos obrigatórios que vem sendo discutido pelo governo. Uma das medidas em estudo é limitar o crescimento real do mínimo ao mesmo teto do limite de gastos do arcabouço fiscal, de 2,5%. Dessa forma, o ganho real cairia, no ano que vem, para 2,5% - uma redução de 0,4 ponto.

O valor fechado do salário mínimo só é sacramentado em dezembro, quando saem os dados oficiais do IBGE e o presidente da República assina um decreto com o valor.

CARTEIRA DE TRABALHO: salário

Salário mínimo pode chegar a R$ 1.521

O salário mínimo poderá chegar a R$ 1.521 em 2025, se mantida a regra atual de reajuste. A previsão considera a nova estimativa do Governo Federal para o INPC, índice de inflacionário usado para atualizar o piso nacional. Atualmente, o mínimo é de R$ 1.412.

Na apresentação do orçamento do ano que vem, o governo inicialmente previu que o mínimo chegaria a R$ 1.509 em 2025, mas considerou que o INPC seria de 3,82% até novembro. Ontem (18), a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, responsável pelas projeções oficiais, atualizou essa projeção para 4,66%.

Impacto

O aumento de R$ 12 em relação ao previsto no Orçamento para o trabalhador deve gerar um impacto nas contas públicas de cerca de R$ 12 bilhões, nas contas do economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, considerando que o piso nacional é referência para o reajuste de diversos benefícios sociais e previdenciários, como a aposentadoria, o seguro-desemprego, o abono salarial e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

No ano passado, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva retomou a política de reajustes acima da **inflação** para o piso nacional, que havia sido encerrada na gestão de Jair Bolsonaro. Ela prevê, anualmente, além da recuperação do poder de compra, um ganho real referente à variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes. Em 2023, houve crescimento de 2,9%.

Essa regra, contudo, é alvo do pacote de contenção de gastos obrigatórios que vem sendo discutido pelo governo. Uma das medidas em estudo é limitar o crescimento real do mínimo ao mesmo teto do limite de gastos do arcabouço fiscal, de 2,5%. Dessa forma, o ganho real cairia, no ano que vem, para 2,5% -uma redução de 0,4 ponto.

O valor fechado do salário mínimo só é sacramentado em dezembro, quando saem os dados oficiais do IBGE e o presidente da República assina um decreto com o valor.

Crescimento

Também ontem, a SPE divulgou que aumentou de 3,2% para 3,3% a estimativa de crescimento da economia brasileira neste ano, de acordo com o Boletim Macrofiscal. Segundo o documento, houve um ligeiro aumento na expectativa de expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas produzidas no País) no terceiro trimestre, que levou à revisão na estimativa de crescimento para o ano. Para o terceiro trimestre, a projeção de crescimento subiu de 0,6% para 0,7%, "ainda implicando em desaceleração moderada do ritmo de atividade na margem".

"A mudança na projeção reflete pequenas revisões nas estimativas de crescimento para o setor agropecuário e de serviços. Na margem, a perspectiva é de desaceleração no ritmo de crescimento, principalmente em função da forte expansão observada no segundo trimestre", explicou a SPE. Para 2025, a estimativa de crescimento ficou em 2,5%. A SPE atribui o menor crescimento à perspectiva de um novo ciclo de aumentos na taxa Selic.

Site:
https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/zpoe/#p=1

Senado aprova projeto e desafia o governo e o STF

BRASÍLIA

O Senado concluiu ontem a votação do projeto de lei que define novas regras para o uso das emendas parlamentares -recursos do Orçamento indicados por deputados e senadores para suas bases eleitorais. O texto volta, agora, à Câmara dos Deputados.

O projeto mantém em poder do Congresso fatia considerável do Orçamento e, segundo a Consultoria de Orçamentos do Senado, avança pouco em relação às exigências feitas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e prejudica o governo.

O Senado manteve o texto aprovado pelos deputados que prevê apenas a possibilidade de contingenciamento (quando a frustração de receitas coloca em risco a meta fiscal) o que, na visão do governo, descumpre acordo firmado no STF.

O governo queria o poder de bloquear proporcionalmente as emendas, e não só contingenciar. A possibilidade de bloqueio foi rejeitada no Senado por 47 votos a 14.

O Congresso tem dado prioridade ao projeto de lei para tentar destravar as emendas parlamentares porque o pagamento está suspenso desde agosto pelo ministro Flávio Dino, do STF, por problemas como falta de transparência.

Integrantes do governo afirmam que o Congresso descumpriu o acordo e que o texto do PL não tem mais apoio do Planalto. Agora o problema deve ser resolvido pelo Congresso direto com o STF.

O acordo firmado até aqui prevê a manutenção dos R$ 39 bilhões reservados para emendas impositivas individuais e de bancada em 2025. A partir de 2026, esse valor será corrigido pela **inflação** mais o percentual de expansão real do limite do arcabouço fiscal - que pode variar entre 0,6% e 2,5% ao ano.

A negociação pactua a destinação de R$ 113 bilhões em 2025 para as emendas cujo pagamento não é obrigatório. A partir de 2026, esse valor será corrigido pela **inflação**. Governo e Supremo tentavam diminuir o número de emendas de bancada - indicadas conjuntamente pelos deputados e senadores de cada estado e do Distrito Federal.

A Consultoria de Orçamentos do Senado diz que o projeto de lei não barra a individualização das emendas, como exigido pelo STF, e define projetos "estruturantes" de forma ampla, o que libera "praticamente qualquer tipo de gasto".

PLENÁRIO DO SENADO, onde foi concluída a votação do projeto de lei que define novas regras para o uso das emendas

ENTENDA A PROPOSTA APROVADA

"Emendas Pix" seguem existindo

Novas regras

O PROJETO DE LEI também inova em relação às emendas de comissão, que foram turbinadas pelo Congresso com o fim das emendas de relator, em 2022. Em tese, as emendas são definidas hoje pelas comissões temáticas da Câmara e do Senado, mas. na prática, deputados e senadores influentes escolhem para onde o dinheiro será destinado sem serem identificados.

O PROJETO terceiriza as indicações para as lideranças partidárias e abre margem para que os parlamentares que apadrinharam as emendas continuem ocultos por meio dos lideres de seus partidos. Já as comissões,

na avaliação de técnicos do Senado, passam a ser meras carimbadoras.

SENADORES também rejeitaram um trecho do projeto que obrigava os parlamentares a destinar ao menos metade das emendas de comissão para a área da saúde.

EM OUTRO ponto problemático, as "emendas Pix" vão continuar sendo repassadas diretamente para as prefeituras. sem a burocracia exigida para as demais tipos de emendas.

POR MAIS que o projeto obrigue o parlamentar a informar como o dinheiro deve ser gasto, não há controle ou prestação de contas após o envio - o que não garante que o prefeito vai aplicar o recurso como indicado.

CGU cobra lei para transparência

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho, cobrou ontem maior transparência do Congresso quanto à liberação de emendas parlamentares e disse que, ao não disponibilizar informações necessárias para fiscalização, o legislativo dificulta o trabalho do órgão de controle.

"Nós tivemos dificuldades, no processo de auditoria, de conseguir, em muitas situações, saber onde o recurso foi utilizado nos municípios. Se há um problema de transparência no início do processo, esse problema vai escalando até o final", afirmou Carvalho.

"A gente espera que o Congresso resolva a questão e aprove um projeto que de fato viabilize a transparência e a rastreabilidade, que, no fundo, no fundo é uma decisão do Supremo que precisa ser cumprida. E para nós, quanto mais rápido isso acontecer, facilita também nosso trabalho na auditoria", completou.

O ministro relata que, para atender às solicitações do STF, os profissionais da CGU precisaram ir a campo em mais de 40 municípios.

Uma das três auditorias encaminhadas ao STF na última semana mostrou que sete Organizações

Não governamentais (ONGs)- de um total de 10 entidades fiscalizadas - beneficiadas com R$ 482,3 milhões em emendas, entre 2020 e 2024, não têm sequer capacidade técnica para executar os projetos para os quais receberam recursos.

Em outra auditoria, a CGU identificou que as transferências, chamadas de emendas Pix, bancaram micaretas, festas juninas, a reforma de um clube e corridas de carro.

A falta de transparência na destinação dos recursos foi um dos motivos que fizeram o ministro Flávio Dino reforçar o bloqueio dos repasses em decisão na semana passada.

CARVALHO: maior transparência

Mercado projeta inflação a 4,64% em 2024

Economistas do mercado financeiro voltaram a elevar as projeções para **inflação** neste ano. Segundo os dados do Boletim Focus, divulgados ontempelo Banco Central (BC), a expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu pela sétima semana seguida, de 4,62% para 4,64%.

A projeção segue acima do teto da meta de **inflação** definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano, que é de 4,50%. A previsão de 2025 também foi elevada, passando de 4,10% para 4,12%. Já para 2026 subiu de 3,65% para 3,70%, enquanto para 2027, a estimativa continua em 3,50%.

Os analistas subiram novamente sua projeção para o nível da Selic no próximo ano. O levantamento mostrou que a mediana das expectativas para a taxa básica de juros ao fim do próximo ano agora é de 12,00%; na semana anterior era de 11,50%. Atualmente, o índice está em 11,25%, o que indica a expectativa de que o Banco Central volte a elevar a taxa até o fim do ano.

Para 2024, a projeção para a Selic, atualmente em 11,25%, manteve-se em 11,75% pela sétima semana consecutiva. O BC volta a se reunir em dezembro para a última decisão de política monetária do ano.

Houve aumento ainda na expectativa para a cotação do dólar em 2024, agora em R$ 5,60, de R$ 5,55 na semana anterior. No final do próximo ano, a moeda norte-americana deve atingir R$ 5,50, segundo os analistas. (Correio Braziliense)

Site:
https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/11/mercado-projeta-inflacao-a-4-64-em-2024.html

Senado aprova projeto que regulamenta emendas

O Senado encerrou a votação do projeto de lei complementar que regulamenta as emendas parlamentares ontem e vai devolver o texto para a Câmara dos Deputados. Os legisladores aprovaram três modificações em relação ao texto-base. Pelo fato de o texto ter sido alterado, tem de ser votado novamente pelos deputados antes de ser enviado à sanção presidencial.

O Palácio do Planalto chegou a um acordo com o relator e retomou a redação original do trecho que trata do limite para o crescimento das emendas parlamentares. O relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA), concordou em retirar um dispositivo que abria uma brecha para que emendas ficassem de fora do limite que o projeto impõe (crescimento seguindo as regras do arcabouço fiscal ou apenas pela **inflação**).

Por outro lado, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi derrotado em dois dispositivos. A maior derrota foi a retirada da possibilidade de o Poder Executivo realizar o bloqueio dos recursos de emendas parlamentares. Com a mudança aprovada pelos parlamentares, esses recursos poderão apenas ser contingenciados.

O Senado ainda derrubou a obrigatoriedade de aplicação de ao menos 50% das emendas de comissão em investimentos em saúde. Os senadores rejeitaram, por 39 votos a 25, o dispositivo que estabelecia esse porcentual mínimo.

Trata-se de mais uma derrota do governo, que orientou o voto a favor da manutenção do texto do relator, o senador Angelo Coronel (PSD-BA). Esse porcentual mínimo para saúde já estava previsto no texto aprovado pelos deputados. O destaque foi apresentado pelo União Brasil, partido da base do governo do presidente Lula. O argumento para derrubar o porcen-tual mínimo para a saúde foi permitir a distribuição conforme prioridades definidas pelos parlamentares.

Site:
https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/zpoe/#p=1

Governo concede incentivos fiscais para oito empresas

DA REDAÇÃO

O governador Paulo Dantas assina nesta terça-feira (19) decretos de concessão de incentivos fiscais para oito empresas, por meio do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico do Estado de Alagoas (Conedes).

Com um investimento de mais de R$ 134 milhões, as indústrias funcionarão em Maceió e nos municípios de Delmiro Gouveia, Pilar, São Sebastião e Murici, com a geração de cerca de 2.500 empregos diretos e indiretos.

O maior investimento será feito pela empresa Brisa Administradora de Hotéis LTDA. - em Maceió - que, com a concessão de incentivos concedida pelo Governo de Alagoas, por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado, o Prodesin, deve investir R$ 100 milhões, garantindo a geração de cerca de 500 empregos diretos para os alagoanos.

Na ocasião, também serão assinados os decretos que beneficiarão as indústrias Nuance Tintas LTDA. (Delmiro Gouveia), Sabor Mais Alimentos LTDA. (Pilar), Casa do Coco Indústria Alimentícia LTDA. (Pilar), Eskrim Indústria de Sorvetes LTDA. (Maceió), EVB da Silva Fabricação de Produtos para Construção - EIRELI (São Sebastião), Energy Engenharia LTDA. (Murici) e a MC3 Imóveis LTDA. (Maceió).

Os incentivos concedidos pelo governo de Alagoas contribuem diretamente para o crescimento da economia. Como a Gazeta mostrou, o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Estado registrou crescimento de 3,2% e atingiu R$ 76,07 bilhões em 2022, o primeiro ano do governo Paulo Dantas. Os dados foram divulgados na quinta-feira (14) pelo IBGE.

O desempenho do estado - que superou a média nacional de 3% - foi influenciado pela indústria, que registrou valor corrente de R$ 8,32 bilhões, um crescimento de 9,9%, o maior do Nordeste e de toda a série histórica do IBGE. O **PIB** (a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no estado) do setor industrial já havia registrado um avanço de 7,60% em 2021.

Em 2022, o **PIB** da indústria alagoana superou o desempenho do Piauí, que aparece em segundo lugar na região, com crescimento de 8,6%, Rio Grande do Norte (7%), Paraíba (6,6%) e Bahia (6,2%). Além deles, Maranhão e Pernambuco tiveram desempenho de 1,4% e 1,2%, respectivamente. Já a indústria cearense teve desempenho negativo de 2,3%, enquanto Sergipe encolheu 3,3%.

Segundo o levantamento do IBGE, o **PIB** da indústria foi puxado pelo desempenho pelo subsetor de eletricidade e gás, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, que avançou 27,4%.

"Esse aumento foi impulsionado principalmente pelo desempenho das atividades relacionadas à geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que apresentaram crescimento em todos os segmentos: residencial, comercial, industrial e outros", pontuou a superintendente de Informações e Cenários da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag), Juliana Carla da Silva, que detalhou os números do **PIB**.

Já indústria extrativista registrou um crescimento de 21,89%, puxados pela expansão na extração de petróleo e gás natural feita pela Origem Energia, e extração de minerais não metálicos promovida pela mineradora Vale Verde.

Site: https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6385

Brasil recua em competitividade digital e ainda perde talentos (Editorial)

O Brasil regrediu no ranking Mundial de Competitividade Digital. Elaborado pelo suíço Internacional Institute for Management Development (IMD), em parceria com o Núcleo de Inovação e Tecnologias Digitais da Fundação Dom Cabral, o mais novo levantamento mostrou que o país voltou ao patamar em que estava há cinco anos. É péssima sinalização para o futuro, em um momento em que a inteligência artificial está revolucionando a vida digital de pessoas, empresas e governos.

Entre 67 países avaliados, o Brasil ficou em 57º lugar. As últimas posições foram ocupadas por Peru, Mongólia, Gana, Nigéria e Venezuela. Na dianteira estão Cingapura, Suíça, Dinamarca, Estados Unidos e Suécia.

Nos primeiros rankings, de 2018 e 2019, o Brasil havia ficado exatamente na 57º posição. Nos anos cia pandemia, o país surpreendentemente avançou para o 51º lugar em 2020 e 2021 e ficou em 52º em 2022. No ano passado, porém, recuou para o 57º lugar, em que estagnou neste ano.

Três pontos fundamentam o levantamento: conhecimento, tecnologia e prontidão para o futuro, que se desdobram em outros três cada um. O Brasil recuou nos três principais indicadores entre 2022 e este ano, caindo do 55-lugar para o 56- em tecnologia; do 51 -para o 56aem conhecimento; e do 47-para 53- em prontidão para o futuro.

O relatório aponta alguns pontos positivos do Brasil, como o total de gastos públicos em educação, produtividade em estudos de pesquisa e inovação, e políticas de inteligência artificial. Recente relatório "Education at a Glance 2024", da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), registra que o Brasil gasta ao redor de 5% cio **PIB** em educação, patamar semelhante ao de países como a Suécia e a Nova Zelândia, considerados referência na área. Mas pelo critério mais adequado de despesas por aluno na educação básica e universidades, os países da OCDE gastam em média três vezes mais.

Outro destaque é o investimento em telecomunicações, cujos números captam a implantação do 5G. O setor tem canalizado R$ 35 bilhões em média anualmente, a maior parte para a infraestrutura do 5G. Apesar disso, há algum atraso no processo, e dados da Anatel mostram que a adoção do 5G ainda é incipiente entre as empresas, que somam 2,2 milhões de conexões.

O elevado uso de smartphone pela população colocou o Brasil em 14-lugar no ranking do IMD. Pesquisa do IBGE constatou que 96,7% dos domicílios brasileiros tinham telefone celular móvel em 2023 em comparação com 93,1% em 2016, ocupando cada vez mais o lugar cio telefone fixo convencional, que sobrevivia em 9,5% das casas.

Houve avanço no acesso à internet, registrado em 92,5% do total de domicílios em 2023, sendo o percentual de 94,1 % nas áreas urbanas e 81% nas rurais. No entanto, esses números ficam distantes dos conquistados pela maioria dos países do ranking do IMD, de modo que o Brasil ficou em 54- lugar em assinantes de banda larga móvel e na mesma posição em usuários de internet por mil habitantes. O custo elevado foi a justificativa dada ao IBGE em 30% dos domicílios não conectados à rede.

A falta de recursos para investimentos e os juros elevados prejudicaram o Brasil em várias frentes do ranking. O país ficou abaixo cia 60-colocação em financiamento para o desenvolvimento tecnológico e a disponibilidade de capital de risco. Outra pesquisa, esta da consultoria PwC também com a Fundação Dom Cabral, constatou que o aumento cio custo do capital levou 45,1% das empresas brasileiras a adotarem atitude mais cautelosa em relação às iniciativas digitais, limitando-se a investimentos mais modestos. Com isso, sua competitividade digital avança lentamente. Entre 2023 e 2024, o índice que mede a maturidade das companhias nesse quesito (chamado de ITDBr) passou de 3,3 para 3,7 no país, em uma escala de um a seis. Na frente regulatória, há problemas ainda tecnologia de comunicações (100 lugar), uso de big data e analytics (60 -) e segurança digital (59-).

Mas talvez o ponto mais preocupante seja a dificuldade do país de reter talentos, item em que fica em penúltimo lugar (66-), e de transferir conhecimento, no último lugar (67-). Os talentos para melhorar a competitividade digital do Brasil existem, mas muitos acabam deixando o país ou então trabalham para empresas estrangeiras mesmo estando aqui. Em 2023, aumentou em 46% a contratação de

profissionais nacionais por empresas internacionais.

O Brasil é a quinta nação com maior número de profissionais que trabalham para companhias de fora, atrás apenas de Filipinas, EUA, Colômbia e Argentina, de acordo com o Relatório Global de Contratações Internacionais da Deel. EUA, Reino Unido, Suécia e Canadá estão entre os países com maior interesse em talentos brasileiros, segundo a pesquisa.

Custo alto do capital, em decorrência dos problemas fiscais, dificuldade para reter talentos e disseminar o conhecimento são fatores que prejudicam a capacidade cio Brasil de avançar em meio a uma nova revolução digital. O atraso vai cobrar um alto preço de um país com um crônico baixo índice produtividade.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188045?page=1&section=1